



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 23 DE MAIO DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 152/XVI/1.^a.

Procedeu-se a um debate político, ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do [artigo 62.º](#) do Regimento, tendo a ordem do dia

sido fixada, a requerimento do PSD, sobre «O estado da escola pública». Depois de o Deputado [Pedro Alves](#) (PSD) ter aberto o debate, usaram da palavra, a diverso título, além daquele orador, os Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [Rosário Gambôa](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Joana Mortágua](#) (BE), [Palmira Maciel](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [João Tilly](#)

(CH), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Isabel Ferreira](#) (PS), [Sonia dos Reis](#) (PSD), [Maria José Aguiar](#) (CH), [Ângela Almeida](#), [Cidália Abreu](#) e [Eva Brás Pinho](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Eduardo Pinheiro](#) (PS), [José Carvalho](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Inês Barroso](#) (PSD), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Madalena Cordeiro](#) (CH) [Ana Gabriela Cabilhas](#) (PSD), [Elza Pais](#) (PS), [Manuela Tender](#) (CH). No

encerramento do debate, interveio o Deputado [Emídio Guerreiro](#) (PSD).

Entretanto, o Presidente saudou os alunos e professores presentes nas galerias, que foram aplaudidos pela Câmara.

Deu-se conta de uma Deputada do PS que esteve presente, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 35 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Vamos dar início aos nossos trabalhos.
Peço às autoridades que abram as portas das galerias ao público.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Peço aos Srs. Deputados para fazerem o favor de se sentarem.

Pausa.

Dou a palavra ao Sr. Secretário para fazer a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara da entrada da seguinte iniciativa: Projeto de Lei n.º 152/XVI/1.^a (PCP) — Reforça o regime de direitos dos profissionais da Polícia Marítima e de participação das respetivas associações representativas (primeira alteração à Lei n.º 53/98, de 18 de agosto, e à Lei n.º 9/2008, de 19 de fevereiro).

É tudo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos então começar a nossa ordem do dia, que, tendo sido fixada pelo Partido Social Democrata sobre «O estado da escola pública», consta de um debate político, ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 62.º do Regimento.

Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Alves, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: «Um livro, uma caneta e um professor podem mudar o mundo», disse Malala Yousafzai, Prémio Nobel da Paz.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Descrevia assim o sonho de liberdade que as mulheres no Paquistão ambicionavam, por estarem impedidas de frequentar a escola.

A escola deve ser um espaço de felicidade, de sonho e ambição. Hoje, 50 anos após o 25 de Abril, isso ainda não é possível em Portugal.

As más opções políticas dos últimos oito anos de Governos do PS e das esquerdas radicais...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — As esquerdas radicais...! Esse fantasma do passado!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — ... foram capitais para a degradação da qualidade da escola pública e para o aumento da conflitualidade e da tensão nas comunidades educativas espalhadas por todo o País.

Foram oito anos de retrocesso. O Governo não só não garantiu o acesso democrático, universal, gratuito e obrigatório como não assegurou o direito à igualdade de oportunidades e a uma educação de qualidade que a todos permita o êxito escolar.

Mais ainda, um Governo de um partido dito socialista foi o grande impulsionador do ensino privado e do mercado das explicações.

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Ah!...

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — É mentira!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Que diriam os camaradas comunistas e bloquistas se tivessem feito o trabalho de casa?

Mas o descalabro teve mais razões para reprovar o Governo, como o fizeram os eleitores. Desde a falta de professores e auxiliares ao débil processo de recuperação de aprendizagens, ao inapto modelo de avaliação digital, à insuficiente integração de alunos estrangeiros, ao aumento da violência em meio escolar, tudo foi contribuindo para o aumento da conflitualidade, da falta de rigor e da perda de qualidade na escola pública.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Os Governos socialistas foram incapazes e incompetentes na manutenção de resultados. Portugal, nos dados de PISA (Programme for International Student Assessment) 2022, deu um grande tombo na literacia matemática e na leitura,...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — ... e tropeçou ainda na literacia científica. A torre educativa do PS, em matéria de PISA, não inclinou — ruiu com estrondo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O PS foi cábula, nem soube copiar os indicadores positivos que lhe foram legados.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Ah!...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é urgente recuperar este retrocesso, é urgente encontrar soluções. É nos atos e nos factos que se faz a diferença.

Os agentes políticos não podem ignorar este cenário. Um país define-se pela educação e a educação define um país, tal como enunciámos no programa do nosso Governo. Este Governo não perdeu tempo e rapidamente disse ao que vinha: assumiu a educação como prioridade e passou da palavra aos atos.

Foi assim quando decidiu a realização dos exames do 9.º ano em formato de papel.

Foi assim no pagamento de horas extraordinárias aos professores de informática.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Foi assim ao desbloquear o financiamento das escolas no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência).

Foi assim quando devolveu a autoridade aos professores e aos auxiliares de educação, ao considerar crime público as ofensas contra profissionais de educação.

E foi assim, também, quando apresentou uma proposta aos sindicatos para a recuperação integral do tempo de serviço dos professores, concretizando um compromisso eleitoral.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é neste ímpeto concretizador que quero saudar o Governo pelo sucesso alcançado, na terça-feira, com a maioria dos sindicatos. Saúdo o Sr. Ministro da Educação pela reposição do tempo de serviço dos professores, repondo uma injustiça de quase 20 anos.

Aplausos do PSD.

Temos de recuar a 2005-2007 para contabilizarmos o primeiro período de congelamento das carreiras, num Governo socialista de José Sócrates, que veio a repetir a iniciativa em 2011, prolongando-se a penalização até 2017.

Foram sempre, sempre, iniciativas de Governos socialistas a congelar a carreira dos professores.

Vozes do PSD: — Muito bem! Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Não há máquina de propaganda, redes sociais ou «cartilheiros» que consigam desmascarar ou desmentir esta realidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Foram iniciativas unilaterais, sem qualquer negociação prévia e de permanente afrontamento aos professores. Não, nós não aceitamos que, em Portugal, os professores se sintam desvalorizados ou desmotivados,...

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — ... quando têm profissões mais do que cruciais para o progresso do nosso País. Em boa hora os portugueses escolheram mudar de Governo. Já em campanha, Luís Montenegro fez o diagnóstico da calamidade, apontando desde logo a escassez de estudantes que optavam pela via educativa no ensino superior e as imensas carências de professores nas escolas, as quais se agravarão a um ritmo vertiginoso.

O atual Governo assumiu, sem tibiezas, a educação como prioridade e a valorização dos professores como objetivo central. Não perdeu tempo. O reconhecimento da função social foi imediato.

O Conselho de Ministros, em maio, aprovou o reforço do quadro criminal relativo aos crimes de agressões e ofensas contra profissionais de educação e outros servidores públicos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Com esta medida, os professores ficam isentos das custas judiciais, o crime passa a ser classificado como público e há um aumento da moldura penal para os agressores.

Isto, sim, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é valorizar a carreira docente.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o dia 21 de maio é um dia histórico e feliz para os professores e para a escola pública. O Governo resolveu em 40 dias...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ontem eram 32!...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — ... o que o Governo anterior não resolveu em 3050 dias.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Poucos acreditavam que fosse possível alcançar este resultado. O histórico de processos anteriores indiciava que acabava sempre por nunca haver vontade política por parte do Governo.

Hoje, ninguém duvida de que o Governo, quando apresentou a proposta aos sindicatos, iniciou um verdadeiro processo de diálogo e de negociação, sem complexos e sem linhas vermelhas, onde o bom senso e o sentido de responsabilidade preponderaram. Não houve recuos ou imposições, houve uma verdadeira negociação.

Os professores merecem, os alunos necessitam e o País agradece que a paz regresse à escola pública.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, por aquilo que fomos ouvindo, parece que agora, nesta Câmara, existe um amplo consenso em torno desta matéria e parece que tudo isto era fácil. Contudo, se o fosse não teríamos tido tantos anos de calamidade socialista.

Encontrar uma solução que cumprisse as aspirações dos professores e, simultaneamente, garantisse a sustentabilidade das contas públicas era a quadratura do círculo. Hoje, os professores sabem que vão recuperar 6 anos, 6 meses e 24 dias em apenas 2 anos e 10 meses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Nem mesmo nas reivindicações mais ousadas se esperava chegar tão depressa e tão longe.

Mas não se ficou por aqui, e isto já era muito. O diálogo e o sentido de justiça permitiram ainda ir mais longe. Para além do faseamento em quatro momentos, a começar já no dia 1 de setembro deste ano até 1 de julho de 2027, será permitido a todos os docentes que reúnam condições progredir sem qualquer penalização, inclusive no acesso aos 5.º e 7.º escalões.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Infelizmente, nem todos ficaram satisfeitos. É sempre possível fazer diferente, nós sabemos, mas um acordo que agrada a mais de 100 000 professores não ser subscrito por quem os representa é de estranhar e questionar. Que interesses representam, então?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Esses, no dia em que disserem «presente», perderão os lugares que há anos agarraram, tendo de voltar à escola, que apenas conhecem do lado de fora e de megafone na mão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Para terminar, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, já fizemos tanto em tão pouco tempo. Temos consciência da pesada herança que recebemos.

Risos de Deputados do PS.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — É um cheiro a suor!...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Este é um passo decisivo para o que temos pela frente, para restaurar o elevador social que representa. Mais estará por vir. Portugal vai colher os frutos da coragem que teve para mudar.

O Governo tem dado mostras de capacidade de diálogo, abertura, competência e decisão. Sejamos também aqui, no Parlamento, a Casa-Mãe da democracia, capazes de estar à altura do desafio, de construir pontes e de decidir, decidir a favor de Portugal e dos portugueses.

Aplausos, de pé, do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ui, o Montenegro já está preocupado!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem seis pedidos de esclarecimento. Responde três a três? Dois a dois?

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Três a três, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do Chega, que dispõe de 2 minutos para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Alves, saúdo que tenha falado também no tema da insegurança nas escolas. É um tema que nos preocupa muita vez, e temos trazido várias medidas para que isso deixe de acontecer.

E o Sr. Deputado disse uma coisa muito importante, disse que a escola deve ser felicidade, sonho e ambição. É verdade, estamos totalmente de acordo. Agora — apesar da tática do PSD de marcar estes debates temáticos na altura em que há Conselho de Ministros, para não estar aqui o Sr. Ministro da Educação —,...

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Ah, pois! Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... gostaríamos de saber o que é que o Sr. Ministro da Educação tem a dar aos portugueses e a dizer sobre a insegurança nas escolas.

Protestos de Deputados do PSD.

É que os agentes políticos não podem ignorar este cenário.

Vou-lhe falar de um facto concreto, de uma escola em Campo Maior. Nesta escola de Campo Maior, que já referimos várias vezes neste Plenário, na altura em que o Partido Socialista governava, existem problemas de insegurança por agressões a alunos, com pais que invadem a escola para agredir os alunos. Isto acontece em Portugal — não acontece na Turquia, não acontece onde quiserem, acontece em Portugal! —, acontece em Campo Maior e tem sido feito por uma etnia bem conhecida deste Parlamento.

Aplausos do CH.

Mas há muita gente que quer esquecer isso!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Ah, pois é!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vou-lhe dar conta de algumas notícias, Sr. Deputado: «Centenas de pessoas manifestaram-se contra a violência no centro escolar em Campo Maior»; «Autarca de Campo Maior [...]», socialista, «[...] pede audição ao Ministro da Educação sobre insegurança em escola» — ao antigo Ministro da Educação, que não o recebeu apesar de serem da mesma cor política!

Isto significa que existe ali um problema grave. Há um problema grave com aquelas famílias que recebem tudo do Estado e a quem continuamos sem poder dizer nada,...

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Coitadinhos!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... porque são os coitadinhos de Abril. E nós, aqui, não queremos coitadinhos de Abril!

O que eu queria saber, Sr. Deputado, é qual é a posição do PSD. O que é que o PSD vai fazer em relação aos problemas de insegurança na escola? Problemas que existem não só em Campo Maior, existem em diversas escolas pelo País, mas de que Campo Maior é exemplo paradigmático; é o exemplo de onde, realmente, há um grande, grande problema com a comunidade cigana.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rosário Gambôa, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nós, Partido Socialista, congratulamo-nos muito com o acordo alcançado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Ah!...

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Era o acordo inscrito no nosso programa eleitoral,...

Risos do PSD.

Vozes do PS: — Bem lembrado!

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — ... em todos os itens consagrados neste tema do programa eleitoral. E, Sr. Deputado Pedro Alves, não foi «apesar de» que essas coisas foram construídas, foi «com»! Porque os senhores estão a cavalgar numa estrada que foi aberta pelo Partido Socialista.

Aplausos do PS.

Risos do PSD.

A primeira abertura foi...

Protestos do PSD e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Sr. Presidente...!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Estão incomodados com as verdades!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, peço silêncio. Está a ser feita uma pergunta e o Sr. Deputado Pedro Alves tem de compreender a pergunta.

Faça favor de continuar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — A primeira abertura que o Partido Socialista consignou foi, precisamente, naquilo que é um símbolo do Partido Socialista: nas contas certas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O quê?!

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Termos dotado a governação...

Risos do PSD, da IL e do CDS-PP.

Sr. Presidente...!

O Sr. **Presidente:** — Sr.^a Deputada, o tempo não conta enquanto houver estes intervalos. Portanto, não os posso impedir, mas o tempo não está a contar.

Faça favor de prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Falava eu de termos dotado a governação o tempo suficiente para conseguirmos alcançar, com o povo português e durante a governação socialista, o superávit necessário, as

condições materiais necessárias a uma gestão com capacidade acrescida. E é essa estrada que os senhores estão a cavalgar neste momento!

Importa dizer que, neste contexto, o Partido Socialista foi mais longe e ofereceu-se para, num orçamento retificativo, atender não só aos professores mas também à valorização das carreiras e à grelha salarial dos trabalhadores da Administração Pública.

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Ah!...

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Isto os senhores não fizeram!

Aplausos do PS.

A equidade é um valor fundamental para o Partido Socialista. Estamos a falar de equidade nas carreiras da Administração Pública.

Mas há uma coisa que é ainda mais importante ser dita. Falamos de professores e a escola pública do «tanto tempo» de AD perdeu somente 28 000 professores.

A Sr.^a **Sónia Ramos** (PSD): — E porquê?!

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — O Sr. Ministro da altura, no tempo da AD, dizia que havia professores a mais.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Dizia que nos próximos tempos não haveria professores.

Protestos da Deputada do PSD Sónia Ramos.

E o Primeiro-Ministro aconselhou-os a emigrar.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Tenha vergonha!

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Neste momento, um dos maiores problemas da escola pública é a escassez de professores, e eu queria saber o que é que os senhores trazem sobre isto.

Protestos do PSD.

A escassez de professores na escola pública é um problema fundamental. Não basta valorizar as carreiras, que saudamos e congratulamos, é preciso também ter professores.

Ora, o que os senhores trazem nessa matéria, e que está no vosso programa eleitoral, é zero.

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

Além da continuação e expansão de algumas medidas do Partido Socialista, os senhores introduzem medidas que nos parecem absolutamente problemáticas.

O Sr. **Presidente:** — É favor terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Por isso, a minha pergunta é somente uma, e vamos ter tempo, com certeza, para discutir mais: como é que os senhores estão a pensar programar o próximo ano letivo para que não falem professores?

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, dei uma tolerância um bocadinho maior, dadas as interrupções. Portanto, é só para que se tenha em consideração que o tempo foi um bocadinho além do fixado por essa razão. Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por agradecer ao PSD por trazer este tema a debate.

Há medidas que foram recentemente aprovadas pelo Governo, mas não nos podemos esquecer de que já foram debatidas nesta Assembleia. Como é evidente, todos nos congratulamos que tenha sido feito um caminho com os professores, mas é preciso ir mais longe.

Lamentando, desde já, que o Governo não esteja presente — creio que teria sido importante para este debate, que o próprio PSD agendou —, até para percebermos qual foi o racional utilizado para se proceder ao descongelamento de metade deste tempo no espaço de um ano e meio e do restante até 2027, seria importante perceber qual foi o critério, se a bancada do Grupo Parlamentar do PSD nos puder dizer.

Há ainda algumas questões que ficaram de fora, nomeadamente em relação aos professores reformados e aos que estão no topo da carreira, que ficaram de fora desta recuperação. No entender do PAN, ignorar estes professores é ignorar a sua dedicação à escola pública.

Portanto, pergunto: está prevista mais alguma medida, além daquela que foi anunciada? Por outro lado, qual o número de professores, em concreto, que vai ficar de fora desta medida? Há algum mecanismo de compensação para os professores nestas duas circunstâncias, que não vão ser beneficiados pelo descongelamento? Seria importante percebermos isto.

Depois, dentro desta questão da educação, há um tema de que gostaria também de falar e que tem a ver com a saúde mental.

O Governo anunciou hoje um cheque para os alunos do ensino superior, sendo 50 000 os alunos que vão ser beneficiados,...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Acha mal?!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... mas sabemos que há um universo muito maior, nomeadamente no que diz respeito aos estudantes que estão no ensino privado e carecem de apoio social.

Nessa medida, gostaríamos de perceber o que está a ser feito e se vai ou não estar assegurada a contratação de mais psicólogos. Porque, não obstante o PAN concordar e saudar a iniciativa — tal como já defendeu nesta Assembleia, mas infelizmente foi uma medida que ficou também pelo caminho —, é preciso ir mais longe. Temos de garantir que a saúde mental é, de facto, tratada com a seriedade que nos merece, em todas as fases do ensino, desde o ensino básico ao ensino superior, e que chegamos a quem mais precisa.

Ora, pese embora a bondade da medida, não nos parece que seja com um mero cheque que se trata um problema grave como o da saúde mental, porque a saúde não se trata com meros remendos.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Alves, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr. Presidente, antes de mais, quero agradecer as perguntas das Sr.^{as} Deputadas e do Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, também não é novidade que o Chega procura sempre diabolizar um conjunto de questões, nomeadamente através de um exemplo específico, seja sobre a violência, sobre a escola pública ou sobre outros assuntos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem de ir a Campo Maior!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Esperava que, na sua primeira intervenção, o Sr. Deputado se tivesse congratulado com o sucesso que o Governo alcançou com os sindicatos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ficava-lhe bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Calma! O debate ainda agora começou!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Ficava-lhe bem, e certamente que, inclusive em Campo Maior, a escola pública, os professores, os pais e os alunos iriam agradecer.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Mas tudo bem, foi o caminho que seguiu.

Penso que o Sr. Deputado não deve ter estado muito atento àquilo que o Governo andou a fazer nos últimos tempos, nomeadamente em maio, no Conselho de Ministros — e fiz questão de o referir aqui —, em questões relacionadas com segurança: nada mais nada menos do que uma iniciativa para o reforço do quadro criminal relativamente às ofensas e agressões contra professores.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Exato! Acha bem ou mal?

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Poderia também ter-se congratulado por não se reconhecer apenas a função docente, mas também por se dar um contributo claro para afastar a violência das escolas. Esta é uma medida muito concreta.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas a pergunta foi essa!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Acho que o Sr. Deputado ainda não percebeu que já mudámos de Governo. Já há outro Governo! Por isso mesmo, medidas como esta haverá muitas mais...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não está cá o Ministro! Só se eu perguntar aos copos que estão na bancada!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — ... e não tenho dúvidas de que iremos baixar os indicadores de violência nas escolas.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Sr.^a Deputada Rosário Gambôa, pensava eu que estávamos aqui a discutir a educação de um modo muito sério. Vir para aqui dizer que o Partido Socialista — isto, para mim, é preocupante, mas nem na sua bancada aplaudiram! — é um partido de contas certas é um bocadinho... É abusar da nossa inteligência!

Aplausos do PSD.

Senão, repare: não quero discutir a questão das bancarrotas, não vamos entrar por aí, basta só que me apresente as contas que os Governos do Partido Socialista fizeram relativamente ao cálculo da recuperação do tempo dos professores.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Isso!

Protestos da Deputada do PS Rosário Gambôa.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Basta só fazer isto, e ver!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Mário Centeno dizia 850 milhões, António Costa dizia 1300 milhões, João Costa dizia 650 milhões.

A Sr.ª **Rosário Gambôa** (PS): — Vamos ver se as vossas contas estão certas!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Digam qual é o número, façam as contas!

A Sr.ª **Inês Barroso** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Não sabem fazer contas!

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Inês Barroso** (PSD): — Agora é que vai ser!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — A verdade é que os senhores incluíram a recuperação do tempo de serviço no vosso programa eleitoral mas não fizeram rigorosamente nada durante oito anos. Nada!

Vozes do PSD: — Nada!

Protestos dos Deputados do PS Marina Gonçalves e Miguel Cabrita.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Zero!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — É mentira!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Não fizeram porque não foi prioridade.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — É só mentiras, pá!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — A vossa prioridade foram casos como o da TAP.

Vozes do PSD: — Ora bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Gastaram-se 3200 milhões de euros na TAP, e não se gastaram com os professores porquê?

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — É falso!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Foi uma opção política, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD.

A nossa opção, a nossa prioridade, foram os professores e a escola pública, e isto é só o início. Habituem-se!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Deputado Pedro Alves, já viu o que poderíamos ter antecipado se, em 2019, o PSD tivesse juntado os votos para conseguir a recuperação do tempo de serviço dos professores?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Já viu o que poderíamos ter poupado, de injustiças, se esta vitória dos professores tivesse chegado em 2019? E oportunidade teve o PSD de o fazer!...

Aplausos do BE.

Ainda assim, este é, acima de tudo, um dia para saudar os professores que ganharam o País para a sua luta.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Ganharam o País para a necessidade de se reconhecer a justiça da recuperação do tempo de serviço.

Espero que os professores sejam também capazes de mostrar ao País que esta recuperação de tempo de serviço, que agora foi negociada com este Governo — que é justa e que, com a sua luta, eles obrigaram que constasse finalmente dos vários programas eleitorais —, é parcial, não é total.

Há professores que não estão incluídos nesta recuperação de tempo de serviço. Parte disso deve-se ao facto de o Partido Socialista ter recusado, durante tantos anos, atender a esta reivindicação,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ah!...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mesmo durante a geringonça!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... o que fez com que muitos professores se fossem reformando com cortes nas suas aposentações, relativamente àquilo a que teriam direito se tivéssemos reposto o tempo de serviço quando o pensámos, quando o propusemos — e no caso do Bloco de Esquerda é assim porque foi todos os anos!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Foi sempre apoiante do Governo!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Todos os anos o Bloco de Esquerda propôs a recuperação do tempo de serviço dos professores.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E o CDS votou contra!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Mas, Sr. Deputado, nem só da recuperação do tempo de serviço se faz a valorização da carreira docente. Abriu-se uma porta para a negociação com os docentes, e é uma porta importante, mas o que lhe quero perguntar é o que vai o PSD fazer com esta porta que abriu agora. Nomeadamente, o que é que o PSD pretende fazer em relação ao regime de concursos? Garanto-lhe que os professores estão preocupados com isto.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Pergunto se o PSD pretende ou não acabar com o concurso por graduação como forma de colocação dos professores, para o substituir por um qualquer tipo de contratação de escola, o que no passado originou o caos e foi até hoje uma das medidas que o PSD apresentou mais contestadas pela classe docente e pela escola pública,...

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... tendo levado, inclusive, à demissão de um Secretário de Estado do PSD, tal não foi o caos que originou.

É esta a pergunta que lhe deixo, para já.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Palmira Maciel, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Palmira Maciel** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Alves, disse aqui muitas coisas sobre educação que nada, mesmo nada, têm a ver com a vossa última governação. E os professores ainda não se esqueceram disso, Sr. Deputado!

Protestos do PSD.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E dos últimos oito anos?!

A Sr.^a **Palmira Maciel** (PS): — Cortaram muito na escola pública, e cortaram por ideologia. E foi muito o que o Governo do Partido Socialista teve de fazer até chegar aqui.

Olhe, e vou falar de uma questão que o Sr. Deputado não falou: do plano de recuperação das aprendizagens.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Querem falar disso?!

A Sr.^a **Palmira Maciel** (PS): — Onde andavam, no tempo da pandemia? Não acompanharam o trabalho das escolas, de todos os professores, de toda a comunidade educativa?! Onde andavam, nesse tempo?

Aplausos do PS.

Olhe, esse plano de recuperação das aprendizagens mobilizou muito aquilo que estava consolidado: a autonomia curricular. Foram feitas muitas coisas no âmbito desse plano.

A pergunta que lhe deixo é esta: este Governo vai dar continuidade aos planos de desenvolvimento pessoal, social e comunitário que estavam e estão neste momento em vigor?

Olhe, sobre o caso do apoio tutorial e psicossocial de que tanto falam, pergunto: vão dar continuidade ou vão apenas dar um novo nome ao plano de recuperação de aprendizagens, sem ser avaliado, sem terem conhecimento do que as escolas estão a fazer nesta altura?

Aplausos do PS.

Ou vamos ter, na realidade, uma nova designação, um novo plano de recuperação de aprendizagens, trazendo ainda mais burocracia às escolas, mais constrangimentos, em que a única coisa que irá mudar é apenas o nome?

Pergunto: não será evidente começar por avaliar os planos em curso e tentar suprir as necessidades das escolas, colaborando com toda a comunidade educativa?

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Sónia Ramos** (PSD): — Vamos construir as escolas que vocês prometeram!

O Sr. **Presidente**: — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Alves, queria começar por dizer o seguinte: a contabilização do tempo de serviço dos professores e dos educadores já podia estar resolvida...

Vozes do PSD: — Ah!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Essa é que é essa!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... não tivesse sido o PS e o PSD a impedirem a aprovação desta medida em 2019.

Protestos do PSD e do PS.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Vocês votaram contra!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — A verdade é que, à última da hora, o PSD traiu os professores. Esta é que é a verdade.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Essa é muito boa!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O Sr. Deputado João Almeida votou contra!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Ao longo de todos estes anos, esta questão já podia estar de facto resolvida e os professores terem todo o tempo de serviço contabilizado. Não foi por falta de proposta: trouxemos sempre aqui as propostas. PS e PSD é que impediram que assim fosse.

Queria aqui referir que, da parte do PCP, registamos este avanço, registamos que é positivo, mas ele deve-se à luta dos professores.

Aplausos do PCP.

Protestos do PSD.

Esta é que é a questão. O Governo foi obrigado a tomar esta decisão devido à luta dos professores e dos educadores no nosso País na defesa dos seus direitos. Esta é que é a verdade.

Aplausos do Deputado do PCP António Filipe.

Mas também não podemos deixar de referir outro aspeto: é inaceitável que, no âmbito deste processo, tenham ficado de fora cerca de 25 000 professores, em particular professores dos escalões mais altos.

Há um conjunto de outras matérias que importa também abordar, como as questões que se prendem com os professores que, entretanto, já se reformaram. O que é que vão fazer para que sejam também compensados do tempo trabalhado? E quanto à questão do fim das vagas no acesso aos 5.^o e 7.^o escalões? São questões que também estão em cima da mesa e que exigem resposta por parte do Governo.

Mas também não posso deixar de referir, neste debate, uma situação que foi inaceitável e que se passou na passada terça-feira. Aliás, é lamentável que o Sr. Ministro tenha vindo a público fazer declarações sobre uma estrutura sindical, neste caso concreto a FENPROF (Federação Nacional dos Professores), a mais representativa,...

Vozes do PSD: — Ah!...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... ainda antes da reunião. Nunca tal se tinha passado! Fez considerações que, de facto, são lamentáveis,...

Protestos do PSD.

Vozes do CH: — Ah!

Vozes da IL: — Não pode?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... que são inaceitáveis e que só revelam a má-fé por parte do PSD, do CDS e do Governo no que diz respeito a todo este processo.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Permita-me que faça apenas uma pergunta, que é telegráfica. Hoje, há um problema concreto na escola pública, que é a falta de professores, e a questão que eu gostaria de colocar é a seguinte: como é que o PSD pretende resolver este problema?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente:** — Para responder, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Alves, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr. Presidente, quero novamente agradecer as perguntas que me foram colocadas. Isto até parece mesmo muito engraçado. De uma coisa nós temos a certeza hoje: não foi o Bloco de Esquerda, não foi o PCP e não foi o Partido Socialista que resolveram o problema dos professores;...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Foi a luta dos professores!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — ... foi o PSD e foi este Governo! Disto ninguém tem dúvidas.

Aplausos do PSD.

E se é uma questão de prioridade, de resolver mais cedo, e se o poderíamos ter feito em 2019, certamente que poderia ter sido feito, mas poderia ter sido feito ainda mais cedo do que isso. Quando os senhores — PCP, Bloco de Esquerda e Partido Socialista — assinaram o acordo...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Da geringonça!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — ... da geringonça, em momento algum os professores foram prioridade. Em momento algum!

Aplausos do PSD.

Protestos do BE e do PCP.

Eu tenho aqui o acordo. As assinaturas não são minhas, as assinaturas são vossas.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Vocês votaram contra! Estava no Orçamento!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Os senhores votaram contra!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — É claro, é muito evidente: em momento algum se fala da recuperação do tempo de serviço congelado. E não aconteceu. Depois do fim do namoro, tentaram, à 25.^a hora, após terem tido um resultado eleitoral desastroso, para tentarem recuperar algum eleitorado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Os senhores mudam de posição do dia para a noite!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Foi assim que vieram com a proposta da recuperação do tempo de serviço. Não foi de outra forma. É sempre no oportunismo eleitoral que funcionam,...

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — O PSD não tem oportunismo eleitoral!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — ... nunca para resolver o problema dos portugueses e, no caso particular, dos professores.

Quanto à recuperação das aprendizagens, ó Sr.^a Deputada Palmira Maciel, não sou eu que o digo, é o Tribunal de Contas. Em relação ao vosso processo ou programa de recuperação de aprendizagens, o Tribunal de Contas refere-se a uma implementação discricionária de ações propostas e sem indicadores ou metas definidas *a priori*, e cito, «prioridades pouco claras, insuficiente afetação de recursos, excessivo número de ações e inexistência de metas e de indicadores para efeitos de monitorização e avaliação».

Quer falar do quê, Sr.^a Deputada?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — E depois, com os resultados do TIMMS (Trends in International Mathematics and Science Study) e do PISA, quer falar do quê em relação à aprendizagem?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Não aprendeu rigorosamente nada, Sr.^a Deputada!

Foi por isso que os portugueses decidiram mudar de Governo, e em boa hora o fizeram. Está à vista de todos que a mudança está a trazer resultados, nomeadamente com a recuperação do tempo de serviço. E, por isso, este foi só o início. A seguir também virá, certamente, a carreira docente.

Relativamente à falta de professores nas escolas, vamos começar o próximo ano letivo de certeza muito melhor do que terminámos este. É inconcebível que haja 20 000 alunos que, durante um ano letivo, não tenham professor, e ainda vêm reclamar hoje do Governo, que ainda não iniciou o ano letivo, perguntando «o que é que vai fazer a seguir».

Não se preocupem. Da mesma forma que, em 40 dias, se apresentou uma solução para os professores, em muito menos tempo, daqui para a frente, haverá um plano de emergência para a educação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Isabel Ferreira pede a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

A Sr.ª **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, era pedir para distribuir um documento sobre os resultados do PISA, relativamente a Matemática, a Ciências e à Leitura, para vocês perceberem qual é a tendência e a posição de Portugal em relação à média da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

Aplausos do PS.

Protestos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado João Tilly, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **João Tilly** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu sou professor desde 1985, há 39 anos, e nestes quase 40 anos, especialmente nos últimos 20, vi a escola pública degradar-se ano após ano, até chegar a um estado lastimável, de quase absoluta inutilidade.

Começa logo por padecer, na sua génese, de uma gravíssima e chocante inconstitucionalidade. É que o artigo 43.º da Constituição proíbe o Estado de programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, políticas ou ideológicas.

Aplausos do CH.

Acontece que o Estado não faz outra coisa. O Estado, através do Ministério da Educação, é quem determina os programas e as metas a atingir e determina também a orientação política das matérias que se ensinam. Em vez de se preocupar com a transmissão do conhecimento científico com eficácia, o que os sucessivos Governos têm conseguido é instalar o medo e o pânico nas crianças, com as ameaças apocalípticas das alterações climáticas, criando ativistas fanatizados a cortar estradas e a ocupar as universidades.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

Através da ideologia de género da extrema-esquerda, manipulam-se também os cérebros das crianças com a confusão de sexos.

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

A menina é levada a pensar que se pode transformar num menino. Há quem até já pense que é um gato ou uma gaivota a voar para trás.

Risos e aplausos do CH.

Protestos da Deputada da IL Patrícia Gilvaz.

Só que não, só que não. É mentira, Srs. Deputados. A criança está a ser enganada na e pela escola pública. O conhecimento científico passou para segundo plano. Aprender Matemática, isso é irrelevante.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Vergonha!

O Sr. **João Tilly** (CH): — Os jovens chegam ao 12.º ano sem distinguir as quatro operações básicas. E a língua portuguesa também é acessória.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Tem razão!

O Sr. **João Tilly** (CH): — Saber ler corretamente, interpretar, analisar um texto no 12.º ano é cada vez menos importante...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Tem razão!

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — São apartes habituais, estes. Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **João Tilly** (CH): — Ainda bem que não é discurso de ódio.

E por aí fora. Peçam para dizer, num mapa, onde fica a Suécia ou a Turquia, tão em voga ultimamente, e poucos saberão. História? Nem vale a pena. É D. Afonso Henriques, o 25 de Abril e nada mais.

E, no final do ano, o aluno passa sem negativas. Pode não saber ler, nem escrever, nem resolver uma equação do primeiro grau, mas sabe duas coisas: primeiro, que as alterações climáticas são culpa dos seus pais e, segundo, que pode mudar de sexo sempre que lhe aprover.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **João Tilly** (CH): — O que as crianças aprendem hoje em dia na escola é pouco e, demasiadas vezes, simplesmente não é verdade. Mas no final passam todos, porque é tecnicamente impossível reprovar alguém. Isso obrigaria o professor a realizar tantas tarefas e tantas medidas que seria impossível fazê-lo, mesmo que tivesse apenas um só aluno. Só que um professor tem 100 alunos. Imaginam maior fraude do que esta?

Srs. Deputados, esta é uma escola que já não avalia e em que pouco e cada vez menos se aprende eficazmente. E por isso mesmo, os governantes e políticos de esquerda optam por meter os seus filhos aonde? Nos colégios privados.

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Isso é mentira!

O Sr. **João Tilly** (CH): — A escola pública é muito boa, mas não para os seus filhos.

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Isso é mentira!

O Sr. **João Tilly** (CH): — É uma escola em que tanto faz que os alunos aprendam muito, pouco ou nada, todos acabam por ter sucesso — tenho à minha frente uma galeria que o pode comprovar —, para mostrar números muito bonitos de abandono escolar e de sucesso, mas que são simplesmente falsos.

Srs. Deputados, para terminar, a escola pública tem de voltar a ser uma escola em vez de ser um armazém diurno de crianças, com professores a ensinar, com os alunos a aprender e com o Estado e os governantes a deixarem as crianças em paz.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PCP António Filipe.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou agora dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Nuncio.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: O País assiste a este debate depois de o Governo PSD-CDS ter assinado um acordo histórico com os sindicatos para a reposição integral do tempo de serviço dos professores.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Em pouco mais de 30 dias em funções, o Governo da Aliança Democrática (AD) conseguiu um acordo que, em oito anos, o Governo do Partido Socialista não foi capaz de atingir.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

E a diferença, Srs. Deputados, não poderia ser mais evidente entre o PS e a AD em matéria de educação. À incompetência, à incapacidade e ao falhanço total do PS e de António Costa, sucedeu a determinação, a capacidade negocial e o sucesso da AD e de Luís Montenegro.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Mais uma vez se comprova que os eleitores tiveram razão nas últimas eleições. O PS passou oito anos a arrastar os pés, e a única forma de resolver os problemas da educação era derrotar o PS nas urnas e permitir que a Aliança Democrática governasse em Portugal.

Este é um acordo histórico que honra as duas partes e que devolve a paz e a confiança às escolas, aos alunos e às famílias. Com este acordo assinado com sete sindicatos e com a posição expectável da sempre previsível FENPROF — fiel a uma agenda própria, politicamente orientada e contrária às verdadeiras preocupações dos portugueses —,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... serão mais de 100 000 os docentes que terão um progresso significativo na carreira.

Parabéns ao Governo e parabéns ao Ministro Fernando Alexandre pela capacidade negocial.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Mas, acima de tudo, parabéns aos professores pelo empenho que sempre manifestaram na defesa da escola. Bem hajam por tudo!

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o sucesso de um país depende da educação. O Estado tem a responsabilidade de garantir a democratização da educação através de um ensino universal, o acesso à igualdade de oportunidades e uma educação de qualidade para crianças e jovens. Sendo a educação a principal ferramenta para garantir o acesso à igualdade de oportunidades, facilmente concluímos que os Governos do Partido Socialista falharam à sociedade portuguesa e foram os verdadeiros responsáveis pela avaria do elevador social em Portugal.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Para o CDS, uma educação de qualidade passa, por um lado, pelo reforço da autoridade dos professores e, por outro, pelo aumento da exigência do ensino. Relativamente aos professores, depois de alcançada a paz nas escolas, em resultado do acordo histórico assinado, é fundamental reforçar o estatuto dos docentes e a sua autoridade em meio escolar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por isso, o CDS também saúda o Governo por já ter decidido aumentar a moldura penal contra agressões e ofensas aos professores e transformar este crime em crime público, como resposta a níveis crescentes de violência nas escolas.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Quanto à exigência do ensino, é fundamental substituir o facilitismo dos últimos oito anos pelo rigor na educação. E os resultados do PISA referentes ao ano de 2022 não deixam qualquer margem para dúvidas: Portugal piorou dramaticamente face ao ano de 2018.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Se no passado Portugal se destacou pela positiva, estando acima da média da OCDE, hoje regressou a lugares que ocupava no ano de 2006, regredindo praticamente 20 anos, e a pontuação na disciplina de Matemática foi a que mais piorou, seguindo-se-lhe o Português e as Ciências.

A governação facilitista do PS comprovou que não é retirando a exigência que se alcança uma educação de qualidade e com futuro.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Para o CDS, esta exigência passa seguramente pelo reforço das provas de avaliação dos alunos, mas passa também pela recuperação das aprendizagens perdidas, tanto pelo impacto da pandemia como pela falta gritante de professores nas escolas. E passa, finalmente, pelo aumento da autonomia das escolas e pela revisão dos conteúdos pedagógicos e programáticos das disciplinas lecionadas. A escola serve para ensinar e não para endoutrinar ideologicamente as nossas crianças e os nossos jovens.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, do Partido Socialista.

Entretanto, aproveito para informar a Câmara de que estão presentes, a assistir aos nossos trabalhos, alunos e professores do município de Marco de Canaveses; da Escola Secundária de Santa Maria do Olival, de Tomar; da Escola Básica de Penafiel Sul; de Boticas; e do Instituto de Educação Técnica, de Lisboa.

Aplausos gerais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Todos do Chega!

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra, então, à Sr.^a Deputada Isabel Ferreira.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os Governos do Partido Socialista fizeram continuados reforços orçamentais nas áreas essenciais do Estado social, entre elas, a educação. Comparativamente ao Orçamento do Estado entre 2015 e 2024, são mais 2,9 mil milhões de euros.

Aplausos do PS.

Investimos em escolas, em centros tecnológicos de ensino profissional, no combate ao insucesso escolar, na escola digital.

Há, no entanto, ainda muito a fazer na escola pública, mas é nosso dever congratular-nos pelos resultados alcançados. E não sou eu que o digo, é o último relatório da Comissão Nacional de Educação.

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Temos hoje uma oferta diversificada, abrangente e inclusiva; uma taxa real de escolarização que manteve tendência crescente; uma evolução positiva da conclusão de estudos e certificação dos alunos; uma redução progressiva das taxas de retenção e desistência;...

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — ... um reforço da ação social e uma aposta na educação dos adultos.

Aplausos do PS.

Temos também desafios a enfrentar: nas aprendizagens, com a realização de tarefas com maior complexidade e alta literacia; na necessidade do aumento da despesa com educação e formação; no posicionamento relativo das remunerações no contexto europeu; no impacto das novas tecnologias de inteligência artificial e nas denominadas novas demografias.

Mas há algo que nos une a todos: a aposta nos professores e a necessidade de tornar a sua carreira mais atrativa.

Quanto aos pontos anteriores, não conhecemos nenhuma iniciativa do atual Governo, mas tivemos, há dois dias, o anúncio do acordo relativo à recuperação do tempo de serviço dos professores. O acordo vai ao encontro das nossas promessas eleitorais,...

Aplausos do PS.

... mas, sobretudo, da carta enviada pelo Secretário-Geral, Pedro Nuno Santos, ao Sr. Primeiro-Ministro,...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — O Primeiro-Ministro não pensava assim!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — ... em que manifestou disponibilidade para a valorização das carreiras e dos salários dos trabalhadores da Administração Pública.

Estamos no início do processo no que diz respeito aos professores e temos de acompanhar a sua implementação. Mas reiteramos a importância de tratar os funcionários públicos de forma equitativa,...

Aplausos do PS.

... e há outras categorias profissionais que enfrentam desafios semelhantes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no âmbito deste debate é justo reconhecermos passos importantes dados na governação do Partido Socialista no combate à precariedade e à fixação dos professores: aumentámos os 10 quadros de zona pedagógica para 63, reduzindo as áreas de deslocação; vinculámos cerca de 29 000 professores; abrimos um concurso com 21 000 vagas em quadro de escola;...

Aplausos do PS.

... promovemos a abertura anual de concursos para evitar ultrapassagens pelos professores que, entretanto, vincularam; criámos dois índices remuneratórios para os professores contratados e o programa de aceleração das carreiras.

Vozes do PS: — Bem lembrado!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Mas apesar do aumento de 9000 professores após a diminuição de 29 000 professores entre 2011 e 2015, faltam professores na escola pública. Por isso, é muito importante perceber o plano de emergência para resolver a falta de professores que o Sr. Ministro prometeu apresentar em breve.

Este Governo tem sabido fazer bem uma coisa: capitalizar o trabalho feito pelo Governo PS.

Aplausos do PS.

Risos de Deputados do PSD, do CH e da IL.

Vou dar um exemplo, um exemplo só: os contratos de financiamento para a reconstrução de 12 escolas de Lisboa e Vale do Tejo,...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Paradinho!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — ... que o Sr. Primeiro-Ministro assinou, com pompa e circunstância, a 6 de maio, anunciando um tempo recorde de análise de quatro dias úteis, resultam do Programa Escolas, criado no âmbito da descentralização de competências, para os municípios poderem requalificar 451 escolas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vá, agora a sério!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — A análise em quatro dias foi possível graças à metodologia desenvolvida pelo Governo PS e pelas CCDR (Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional); não resulta do anunciado pelo atual Governo da análise de candidaturas de fundos europeus no prazo máximo de 60 dias.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi em quatro!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — E, já agora, alerta para o incumprimento do que prometeram, já que o concurso de projetos de investigação em todos os domínios científicos encerrou a 21 de março. Não há nem análise nem decisão, e também envolve fundos europeus.

Aplausos do PS.

Risos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Este Governo desvaloriza o ensino superior, a ciência, a tecnologia, despromovendo estas áreas que perderam o estatuto de ministério.

Aplausos do PS.

Mas estas são as áreas que representam qualificação, coesão e desenvolvimento económico. É uma má opção política e não favorece os jovens, sobretudo porque temos de fazer face aos problemas que emergem com a educação e a reforma do ensino e, ao mesmo tempo, com os desafios crescentes do desenvolvimento científico e da inovação no contexto europeu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Programa do Governo não dá resposta a questões que o Partido Socialista considera estruturantes,...

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Ah!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — ... desde logo, sobre como aumentar a atratividade no início da carreira, continuando o ritmo de redução da precariedade que a governação do Partido Socialista iniciou;...

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — ... ou como rever e simplificar as regras do concurso de colocação de pessoal docente ou como desburocratizar a função docente. E só assim, com todas estas dimensões, teremos uma escola pública de qualidade, onde se valorizem os profissionais, que atue como comunidade inclusiva e com políticas exequíveis e transparentes, em que cada professor e cada aluno se reveja.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa regista a inscrição de seis Srs. Deputados para pedidos de esclarecimento e a Sr. Deputada informa-me que responderá em dois grupos de três.

Vou dar, então, primeiro a palavra à Sr.^a Deputada Sonia dos Reis, do PSD, para formular um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Sonia dos Reis** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, porque hoje se discute educação, não posso deixar de felicitar o Ministro da Educação e a sua equipa por, finalmente, conseguirem, antontem, um acordo que garante justiça para os professores e paz para a escola pública, algo que será conseguido em 2 anos e 10 meses. Tal feito foi conseguido em 40 dias, o que o Partido Socialista, em 3050 dias de governação e com uma geringonça de esquerda por meio, não conseguiu.

Mas, ao fim de oito anos de Governo socialista, como ficou então a educação no nosso País? Anos de sucessivas greves e protestos, prejudicando os alunos quer na realização dos exames, quer no atraso das aprendizagens; envelhecimento do quadro docente e a sua desmotivação, inibindo que quem sentisse amor à camisola pudesse exercer a sua nobre missão de forma condigna, apaixonada e dedicada; alunos penalizados na aprendizagem, por força de uma pandemia e devido à escassez de professores em todo o território nacional. Os professores foram desvalorizados, ignorados, desrespeitados, e os alunos negligenciados, porque os sucessivos atrasos nas aprendizagens nunca conseguiram ser recuperados até agora, comprometendo o seu sucesso académico e profissional se nada for feito. Como podemos ter alunos de excelência se muitos deles passaram a maior parte do percurso escolar com falta de professores?

Posto isto, quanto à pergunta que tenho para colocar ao Partido Socialista, e tendo em conta justamente o flagelo da escassez de professores, que perdura há demasiado tempo, recordo que em março passado havia dezenas de milhares de alunos com falta de professor pelo menos a uma disciplina. A situação é particularmente preocupante se juntarmos o facto de algumas dessas disciplinas serem objeto de exame no 9.^o ano, no 11.^o e 12.^o anos.

Como se pode avaliar, então, os alunos nessas condições, se não existe, afinal, igualdade de circunstâncias? Ora, então, tendo estado no Governo até abril deste ano, e perante estes dados, o que é que o Partido Socialista tinha então preparado para reduzir o número de alunos sem professor a pelo menos uma disciplina, ainda durante este ano letivo e no próximo?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para formular um pedido de esclarecimento, dou a palavra à Sr.^a Deputada Maria José Aguiar, do Chega.

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, falemos de escola pública. A verdade da mentira ou a mentira da verdade? Tal como na Matemática, a ordem dos fatores não altera o produto. Quero com isto afirmar que a realidade que se vive hoje nas escolas vai mais além dos vossos mais terríveis pesadelos.

É verdade que o Governo assinou há dois dias um acordo com os sindicatos, que saudamos, para a recuperação do tempo de serviço dos professores. Mas é também verdade que ignorou um grande grupo de docentes que, por estarem perto da aposentação ou mesmo já aposentados, se veem ignorados, como se não tivessem exercido as suas funções...

O Sr. **Pedro Pinto**:(CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — ... como qualquer outro professor seu colega.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Ah, pois é!

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — Falando de aposentações, remeto de imediato para a falta de professores nas escolas. Qual é a mentira que se pretende passar quando a verdade é que demasiados alunos chegarão ao final deste ano letivo sem terem uma única aula a, pelo menos, uma disciplina?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — Que respostas haverá para dar aos pais destas crianças e jovens, que ficarão prejudicados na aquisição de competências essenciais para a sua formação?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — Quem assumirá a responsabilidade de tão desastrosa falta de gestão de recursos humanos? Os responsáveis estão todos aqui:...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — ... PSD, partidos de esquerda e o PS, com ou sem geringonça,...

Aplausos do CH.

... que, ao longo de décadas, destruíram a escola pública.

Fecharam-se cursos educacionais nas universidades, é verdade; desvalorizou-se o papel do professor, é verdade; a burocracia no sistema educativo não para de crescer, é verdade; a indisciplina e violência, dentro e fora da sala de aula, contra professores, técnicos e entre alunos aumentou, é verdade! São estas as heranças de 50 anos do atual sistema desgovernado, durante décadas, do PS e PSD.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Antes é que era bom!

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — A saudosa Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues, antiga ministra desta pasta, explica muita coisa. O Sr. Eng.^o José Sócrates...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Protestos do PS.

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — ... também ajudará às explicações, mas, ainda assim, questiono: o que fizeram os Governos do PS para a dignificação e atratividade da carreira docente? O que fez o PS no combate à burocracia, à indisciplina, à violência escolar, etc., etc., etc.? A verdade da mentira ou a mentira da verdade?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra à Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, para responder. Dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o método científico diz-nos que há aqui um problema grave, que é um problema de pressuposto. E a Sr.^a Deputada Sónia Reis partiu de um pressuposto errado, que é o da comparação com o Governo anterior. Porque, se fosse assim, nós tínhamos de recordar ainda tempos mais antigos, outros Governos anteriores, os tempos em que os professores foram literalmente convidados a ir embora. E, Sr.^a Deputada, foram mesmo! Aos milhares.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

A comparação tem de ser feita com o cenário de o Partido Socialista estar no Governo com o programa eleitoral com o qual se apresentou. E a proposta que foi acordada ontem, e anunciada pelo Sr. Ministro, é exatamente a proposta que estava no nosso programa eleitoral,...

Vozes do PS: — Exatamente! Uma vergonha!

Protestos do PSD.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — ... mas, sobretudo, acompanhada de um cenário macroeconómico realista e de um Orçamento do Estado que é nosso e feito por nós.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^a Deputada Maria José Aguiar, é com todo o gosto...

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados!
Faça favor de continuar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr.^a Deputada Maria José Aguiar, tenho todo o gosto em dizer-lhe tudo aquilo que foi feito pelos professores — e não vou gastar mais tempo, mas poderia dizer por toda a Administração Pública, em geral, porque foi uma reforma e uma valorização salarial transversal a toda a Administração Pública —: o reforço do Orçamento do Estado para a educação em 44 %; o aumento de 9000 professores nas escolas; o descongelamento das carreiras que fizemos, com recuperação parcial do tempo de serviço; a redução da norma-travão para a vinculação de professores de cinco para três anos,...

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — Por isso é que não há professores!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — ... a maior vinculação de sempre, como referi na minha intervenção; a criação de dois índices remuneratórios para professores contratados; a aceleração das carreiras; a abertura de quadros de escola; a redução das distâncias nos quadros de zona pedagógica. Mas o que eu queria mesmo destacar é a integração de mais de 6800 trabalhadores na área da educação pelo PREVPAP (Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública),...

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — Por isso é que há alunos sem aulas!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — ... o reforço dos psicólogos.

E queria dizer, essencialmente, que há algo muito importante que estava no nosso programa eleitoral e que não consta do Programa do Governo. Ainda não vimos nenhuma medida sobre como atrair, que é fundamental, medidas de atratividade de professores para a carreira,...

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — Pois, isso não acontece!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — ... apostando nos escalões iniciais e nos professores mais jovens.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mais ninguém bate palmas?!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estão registados quatro Deputados para pedir esclarecimentos, a quem vou dar a palavra. Depois, a Sr.^a Deputada responde, segundo a indicação que me foi dada, a todos, numa só vez.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ângela Almeida, do PSD.

A Sr.^a **Ângela Almeida** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, trazemos hoje, aqui, a debate a educação, que é, sem dúvida, algo que toda a sociedade valoriza. E a valorização da carreira docente teve agora a resposta, o início de uma resposta muito importante, por este Governo.

Mas há algo de que ainda não ouvi falar — mesmo há pouco, quando ouvia a Deputada Isabel Ferreira a falar da valorização das carreiras transversal a todos os agentes de educação — e questiono: o que é que o Governo do Partido Socialista fez pelos técnicos e assistentes operacionais, tão fundamentais que são no desenvolvimento da nossa atividade escolar?

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

Eles são fundamentais quando os professores, por razões óbvias, fazem greve e eles são os primeiros a estar na linha da frente. Eles foram, no âmbito da descentralização, passados para os municípios, a quem foi dada essa responsabilidade sem o respetivo envelope financeiro, porque se esqueceram de que havia um envelope financeiro.

Aplausos do PSD.

Os rácios são completamente desajustados àquelas que são hoje as realidades dos nossos agrupamentos de escolas. O que é que o Governo do Partido Socialista fez nestes 3050 dias de Governo? Nem uma palavra deu aos municípios sobre esta matéria, passando toda essa responsabilidade para os municípios, para as autarquias locais, esquecendo-se de que há rácios que estão completamente desajustados, havendo técnicos e assistentes operacionais que chegam, por exemplo, em abril aos agrupamentos de escolas, para este ano letivo que vai terminar daqui a um mês.

Eu questiono, por isso, o Partido Socialista sobre o que é que fez durante estes 3050 anos pela educação em Portugal...

Risos.

Vozes do PS: — Anos não! Dias!

A Sr.^a **Ângela Almeida** (PSD): — ... e, especialmente, por estes técnicos e auxiliares da ação educativa.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada ultrapassou em 6 horas o tempo que tinha disponível para falar.

Risos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, a sua intervenção foi uma vez mais uma prova de enorme hipocrisia do Partido Socialista.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Vozes do PS: — Oh!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Como já aconteceu noutros assuntos, como nas SCUT (sem custo para o utilizador), o Partido Socialista finge que não governou nos últimos oito anos e defende precisamente o contrário do que fez durante a governação.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Sr.^a Deputada, pode ser que a Câmara esteja a sofrer de uma amnésia coletiva intensa. Mas eu gostava que a Sr.^a Deputada recordasse a esta Câmara qual foi o acordo global que o Governo socialista celebrou com os professores para a recuperação integral do tempo de serviço nos últimos oito anos. Fico à espera da sua explicação, Sr.^a Deputada.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Tem agora a palavra, para o mesmo efeito, a Sr.^a Deputada Cidália Abreu, do PSD.

A Sr.^a **Cidália Abreu** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o programa Creche Feliz foi uma medida de gratuidade das creches lançada em setembro de 2022 e destinado a crianças nascidas a partir de 1 de setembro de 2021. No muitíssimo curto prazo, o programa gerou uma grande falta de vagas, porque a expansão da rede não foi acautelada, de forma a acompanhar o expectável aumento de procura por famílias cujos filhos passaram a frequentar a creche, pelo caráter gratuito da medida.

De acordo com o anterior Governo, em 2023, a gratuidade das creches abrangeu 85 000 crianças, estimando-se que chegue a 120 000 em 2024, ou seja, no presente ano. No entanto, o sucesso deste programa é relativo, uma vez que foi anunciado, lançado e gerido de forma isolada, sem ter tido em conta o ciclo de vida das crianças e a sua natural transição para o pré-escolar ao completar os 3 anos de idade.

Como todos sabemos, ou deveríamos saber, a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida. A evidência mostra que o acesso a uma educação de qualidade nos primeiros anos de vida é fundamental para o desempenho em várias áreas futuras, a nível académico, cognitivo, social, económico, a nível da saúde, entre outros domínios, assim como na redução da taxa de pobreza e da desigualdade social, que, penso, todos nós aqui queremos combater.

As crianças que frequentam o pré-escolar têm, sem dúvida, um maior sucesso escolar. Contudo, esta não foi uma prioridade para o Partido Socialista nos últimos oito anos. Consagrada na lei desde 2015, a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos quatro anos está longe de estar garantida. Ao Estado caberia a responsabilidade de garantir a existência de uma rede pré-escolar que permita a inscrição de todas — e refiro todas! — as crianças por ela abrangidas e a de assegurar que essa frequência se efetue em regime de gratuidade da componente letiva.

O Sr. **Presidente:** — Sr.^a Deputada, tem de terminar.

A Sr.^a **Cidália Abreu** (PSD): — Perante tudo isto que acabei de referir, e dado que estamos prestes a iniciar um novo ano letivo, em que muitas famílias preparam a matrícula dos seus filhos no pré-escolar, gostaria de perguntar ao Partido Socialista o seguinte: quando implementaram o programa Creche Feliz e não acautelaram a existência de vagas nos jardins de infância da rede pública...

Protestos do PS e do Deputado do PCP Alfredo Maia.

... para todas as crianças que em setembro de 2024 terão 3 anos e, como tal, em condições de ingressar no pré-escolar, que soluções iriam apresentar para estas crianças e respetivas famílias?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para formular um pedido de esclarecimento, a Sr.^a Deputada Eva Brás Pinho, do PSD.

A Sr.^a **Eva Brás Pinho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o ensino profissional é o segundo maior modelo de ensino secundário, que permite aos alunos uma formação mais prática, orientada para o mercado de trabalho, sem limitar o acesso ao ensino superior.

Este, que é um dos pilares fundamentais do ensino público, seria tanto melhor quanto melhores as condições que forem dadas às escolas. Mas a postura do Partido Socialista qual foi? Segregar o ensino profissional do Orçamento do Estado, como se de um parente pobre se tratasse,...

Protestos de Deputados do PS.

... tornando-o dependente de fundos europeus. Mas podia dar-se o caso de o financiamento via fundos europeus ser eficaz, mas o problema é que não. O que se verificou, devido a um total desfasamento entre os processos de candidatura aos fundos e o calendário letivo, foram constantes atrasos nas entregas das verbas. Aliás, as verbas deste ano letivo só vão chegar no final deste ano.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Eva Brás Pinho** (PSD): — E porque não tiveram as verbas pagas a tempo, as escolas viram-se obrigadas a pedir empréstimos, estando hoje sobreendividadas. Os alunos e as escolas de ensino profissional não podiam ter sido ignorados.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, só há uma palavra para definir a ação do Governo socialista, e é negligência.

Aplausos do PSD.

Em contrapartida, o PSD apresentou, no ano passado, em sede de Orçamento do Estado, propostas de aditamento para que as escolas profissionais pudessem ter um financiamento antecipado, permitindo o seu financiamento com as condições que os alunos merecem. O resultado qual foi? Pois claro, chumbadas.

Mas, veja-se: em dezembro de 2023, curiosamente em período pré-eleitoral, já estava o PS a avançar com o adiantamento que no mês anterior rejeitava e que foi, ainda assim, insuficiente. Foi preciso chegar ao ponto de ter escolas quase a fechar portas para que o Governo socialista agisse.

E por isso, Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, o que lhe pergunto é: se havia tanta folga orçamental, como tem sido vosso apanágio apregoar, esclareça-me porque é que foi feito tão pouco.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

Porque é que se permitiu este estado de desespero dos diretores das escolas, dos professores, dos alunos, para quem tanto diz ser defensor do ensino profissional? Isto é caso para dizer: «palavras, leva-as o vento».

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, do PS. Tem 3 minutos.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, relativamente à questão da Sr.^a Deputada Ângela Almeida, que agradeço, sobre os assistentes operacionais, queria relembrar que a Associação Nacional de Municípios

Portugueses assinou o acordo e, portanto, não será a Sr.^a Deputada agora, aqui, a pôr em questão essa assinatura.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD.

Mas, aproveito para recomendar a leitura do Despacho n.º 7538-B/2023, que tem um reforço de 7 milhões de euros precisamente para assistentes operacionais e assistentes técnicos.

Aplausos do PS.

Relativamente à questão do ensino profissional, eu queria relembrar que o número de alunos no ensino profissional quadruplicou. Quadruplicou!

Aplausos do PS.

Certamente não é pela falta de atratividade.

Foi o Governo do Partido Socialista que fomentou a construção de 365 centros tecnológicos especializados, num investimento sem precedentes no ensino profissional.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD.

São centros nas áreas da indústria, das energias renováveis, da informática, do digital e, portanto, são, sem dúvida, espaços de enorme relevância para a formação profissional. Neste investimento, quero recordar também a reversão do corte de 5 % nas tabelas de financiamento dos cursos profissionais.

Finalmente, sobre a questão das creches, não vou repetir os números porque a Sr.^a Deputada já disse aquilo que nós fizemos com o aumento das vagas e o aumento do número de creches, que foi muito. Devolvo a pergunta ao atual Governo.

Protestos de Deputados do PSD.

Porquê? E porque é que não vou dar sugestões? Porque o nosso programa eleitoral tem sido um guião de ação do Governo.

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — Oh!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Olhe, vamos só dar mais um exemplo, o exemplo da nossa medida do alojamento estudantil, aprovada ontem, aqui, na generalidade e que hoje já foi levada a Conselho de Ministros — com o vosso voto contra, já agora, não é?

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vá, agora a sério!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Hoje mesmo foram anunciadas 700 camas para o próximo ano em termos de alojamento estudantil. Porque é que isto é possível? Porque há um Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior que o Governo do Partido Socialista criou.

Aplausos do PS.

Quantas destas 700 camas são da vossa responsabilidade? Zero!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em jeito de ponto prévio, não posso deixar de apontar a ironia naquele espetáculo de *stand-up comedy* que o Chega nos deu há pouco, de ter salientado tanto a importância da ciência, vindo de um Deputado que durante tanto tempo fez campanha contra as vacinas...

Aplausos do BE, do PS e do L.

... e de uma bancada parlamentar que ainda ontem fez uma ode ao saudoso Olavo de Carvalho, que diz que não há nada que refute que a Terra é plana.

A Sr.^a **Madalena Cordeiro** (CH): — Não é verdade!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Portanto, ficamos esclarecidos quanto à necessidade da ciência que o Chega defende.

Aplausos do BE, do PS e do L.

Falando a sério, a recuperação do tempo de serviço abre uma porta para negociações importantes e para resolver problemas antigos e outros novos na escola pública. A recuperação do tempo de serviço deve ser também uma lição para o futuro, e o Partido Socialista devia aprendê-la com cuidado. A recuperação do tempo de serviço dos professores prova que a luta que o Governo do Partido Socialista abriu com vários setores profissionais, em nome de uma suposta contenção orçamental que era tão necessária, caiu no momento em que foram marcadas eleições e prova que essa luta não só era espúria como era injusta e acabou por levar à degradação das condições da escola pública.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, há pouco falámos sobre a valorização da classe docente, e era sobre isso que eu queria falar, porque nem só da recuperação do tempo de serviço se constrói a valorização da classe docente. O PSD tem um passado, e não vale a pena tentar escondê-lo. O passado do PSD é a requalificação profissional de professores, com horário zero; o passado do PSD são bolsas de contratação de escola e caos na contratação.

A Sr.^a **Palmira Maciel** (PS): — É verdade!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — É legítimo perguntar ao PSD — não é ao pormenor, para já — o que é que vai fazer e o que é que vai negociar, para onde é que vai orientar as negociações quando chegar a altura de discutir a carreira docente, como já foi aqui dito, quando chegar a altura de discutir o regime de recrutamento e de colocação de professores e quando chegar a altura de discutir o regime de compensação por deslocação e habitação dos professores.

Se hoje faltam professores na escola pública, não é apenas porque eles foram sendo expulsos da carreira pelas más condições da carreira. Também é porque eles são necessários onde não conseguem pagar renda. Ainda há pouco tempo falávamos aqui do alojamento local no Algarve, de como ele não afeta em nada o direito à habitação. Ora, com certeza que os professores que dormem em parques de campismo no Algarve não têm rigorosamente nada a ver com o peso do turismo e com a inflação que isso tem sobre o preço das casas.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exato!

Protestos do Deputado do CH Jorge Galveias.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — A verdade é que os professores não têm onde morar onde nós precisamos que eles deem aulas. Por isso, pergunto o que é que o PSD pretende fazer para resolver este problema. O Bloco de Esquerda apresentou uma proposta.

Mas também queria perguntar-lhe como é que vai valorizar todos os outros profissionais que trabalham na escola pública. Foi aqui aberta uma porta pela Sr.^a Deputada Ângela Almeida, que disse, e bem, que os rácios de colocação dos assistentes operacionais estão desajustados. Mas a minha pergunta — deixo-a e gostava de ter uma resposta com clareza, porque o PSD tem tempo — é: quando é que vai rever a portaria de rácios, para que possamos ter mais assistentes operacionais nas escolas? Pergunto ainda se vai finalmente também reconhecer uma carreira especializada na educação a estes docentes — que é o que eles são, são profissionais de educação — e se é assim que o PSD pretende tratá-los.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, não tem nenhum pedido de esclarecimento. Portanto, vou passar a palavra à Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, da Iniciativa Liberal, para uma intervenção.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Qual é o futuro da nossa escola pública, ou melhor, o futuro das escolas públicas? Esta é a questão que invade a cabeça de muitos de nós: pais, alunos, professores, auxiliares, toda a comunidade educativa.

Esta é a questão com a qual não me conformo, com a qual nenhum de nós se deve conformar. Por isso, a Iniciativa Liberal não desiste de contrariar o destino a que o Partido Socialista condenou as escolas públicas, defendendo medidas cujo resultado é sempre o da valorização do sistema educativo nacional, das escolas públicas e das respetivas comunidades.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — É por demais evidente a ingrata herança da incompetente gestão do ensino público que o Partido Socialista nos deixou.

Com isto, porque deve ser feito, congratulo o acordo finalmente alcançado com as estruturas representativas dos professores para a reposição do tempo de serviço, depois de oito anos de espera e de luta. É justo que consigam alcançar algo que o Governo do PS lhes foi prometendo e que não conseguiu cumprir.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Mas não podemos ficar por aqui. O PSD não pode fazer como o PS e andar de problema conjuntural em problema conjuntural, esquecendo-se das reformas estruturais. Agora tem de ser o tempo dos alunos.

Podem garantir, por exemplo, que, quando chegarmos a setembro, o ano letivo se iniciará com professores a todas as disciplinas? Sabemos que o Sr. Ministro anunciou ontem que iria apresentar um plano de emergência, mas o PSD, hoje, ainda não conseguiu assumir esse compromisso com alunos e pais.

É errado colocar os professores como só tendo ambições financeiras. Os professores não querem só mais salários. Os professores precisam de uma reestruturação da sua carreira, de mais autonomia administrativa, financeira e pedagógica das escolas e de ser avaliados justamente pelo seu mérito.

Os professores precisam, mas os alunos também, porque o sucesso dos professores será sempre o sucesso dos seus alunos.

Aplausos da IL.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, ao contrário de uns, que falam sem conhecimento de causa, eu sou fruto do ensino público. Sei que vale a pena acreditar e ter esperança, porque com trabalho, foco, empenho e mérito podemos concretizar todas as nossas ambições.

Aplausos da IL.

Fiz toda a minha escolaridade no ensino público, da pré-primária ao ensino superior, e é precisamente por este motivo que há muito me questiono e não me conformo com o estado a que a gestão de vários Governos deixou o ensino em Portugal.

No ensino básico, a escola da minha área de residência era uma escola TEIP (Território Educativo de Intervenção Prioritária). Frequentei esta escola por não ter a liberdade de escolher outra. Mas hoje, olhando para trás, tê-la-ia escolhido novamente, pois este percurso permitiu-me conhecer uma realidade que é comum a tanta gente.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Está a ver? Afinal...

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — A má gestão dos sucessivos Governos teve como consequência inícios de anos letivos sem todos os professores alocados, quando temos milhares de professores deslocados das sua área de residência, num processo de colocação que precisa de ser urgentemente revisto.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Tal como tantos dos nossos alunos, senti demasiadas vezes que o modelo de ensino era ineficaz, ora porque a dimensão da turma ultrapassava em larga medida o limite de alunos recomendado, ora porque, ao invés de o sistema de ensino estar moldado para nos ensinar a pensar, nos incentivava a decorar. O modelo de gestão e pedagógico das escolas precisa de ser urgentemente revisto.

Vozes da IL: — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — A educação pode e tem de ser um espaço de formação de qualidade para todos, de acesso garantido a todos, criador de cidadãos livres e um espaço que promova verdadeiramente a igualdade de oportunidades para todos.

Aplausos da IL.

A educação não é só educar. É o motor de qualquer sociedade que quer ver as suas crianças e jovens alcançarem patamares que outras gerações não alcançaram. É por isso que, para a Iniciativa Liberal, a educação deve centrar-se no aluno, independentemente da natureza da escola que frequente e independentemente de onde tenha nascido e de onde more.

A Iniciativa Liberal acredita que todos os jovens merecem ter as melhores oportunidades para desenvolverem o seu potencial e realizarem as suas ambições, quer pessoais quer profissionais, independentemente do seu contexto social. É isto o elevador social. É anular desigualdades de origem, multiplicar as igualdades de crescimento, reforçar o princípio da solidariedade intergeracional e promover as condições de sucesso do nosso País.

Aplausos da IL.

Teremos sempre novas gerações, gerações de jovens como temos hoje nestas galerias. Do que precisamos é de novas soluções.

É hora de mudar verdadeiramente de rumo e fazer com que o investimento no nosso futuro tenha retorno.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pinheiro, do Partido Socialista, para formular um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Eduardo Pinheiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, o tema de hoje é a escola pública. Um dia, certamente, veremos um partido da direita a trazer ou a requerer um debate sobre o estado do ensino particular, porque lá também faltam professores e também há alunos com dificuldades, mas ainda não chegou esse dia.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Hoje o tema é mesmo a escola pública, e a Sr.^a Deputada referiu, e diria bem, o seu percurso da escola pública, percurso que eu próprio partilho, e é certamente graças à escola pública que muitos de nós estamos aqui precisamente neste Plenário.

Protestos do Deputado da IL Rodrigo Saraiva.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Pinheiro** (PS): — No vosso programa, os senhores fazem referência à autonomia das escolas, ao modelo de avaliação, à forma de contratação dos docentes, mas, no fundo, apontam sempre as vossas baterias para a promoção do ensino particular com o argumento sedutor, mas certamente ilusório, da liberdade de escolha.

Sabemos como é que acaba. Está tudo bem com a escola pública? Naturalmente que não.

Protestos de Deputados da IL e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Deve e merece ser debatida? Claro que sim. Mas, quando a direita opta por um discurso de caos em relação à escola pública, tem um único objetivo, que é um objetivo, diria, muito claro: declarar a falência da escola pública e, assim, obter base de apoio para redirecionar os recursos da escola pública para os serviços privados, com a consequência óbvia de depauperar a escola pública.

Aplausos do PS.

Protestos da IL e do CDS-PP.

Curiosamente, falando de modelo de financiamento, no programa eleitoral de 2022 da Iniciativa Liberal, a palavra «cheque-ensino» é referida seis vezes.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — E bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é demais!

O Sr. **Eduardo Pinheiro** (PS): — Por acaso, quantas vezes é referida a palavra «cheque-ensino» nas 164 páginas do último programa eleitoral, de 2024? Quantas? Zero! Precisamente zero! Em dois anos, passou para zero.

Ora, não sei se as declarações, de novembro último, da Sr.^a Ministra da Educação da Suécia, que, no fundo, afirmou o fracasso generalizado do modelo do «cheque-ensino» no seu país, terão levado a uma alteração de política da Iniciativa Liberal. Mas, provavelmente, com esta omissão, simplesmente optaram por uma forma alternativa de falar de algo cuja fama já teve melhores dias, e é no fundo um eufemismo.

Protestos de Deputados da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Eduardo Pinheiro** (PS): — Dito isto, e termino, defendem, ou não defendem, a aplicação do «cheque-ensino» em Portugal, mesmo sabendo que, onde o modelo foi aplicado, tiveram piores resultados, mais segregação e insatisfação dos alunos?

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, a Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Eduardo Pinheiro, obrigada pela questão. Se calhar, não ouviu a minha intervenção, senão, não teria estado a colocar essas questões, porque estão completamente descontextualizadas do que eu disse.

Começou por falar de ensino particular e, se calhar, não ouviu da Iniciativa Liberal, e muito menos na minha intervenção, falar de ensino particular. Mas vamos falar de ensino particular e dos contratos de associação que o Partido Socialista terminou...

Aplausos da IL.

Protestos de Deputados do PS.

... e que permitiam a muitos alunos, principalmente àqueles que têm mais dificuldades e que estão em zonas mais recônditas do nosso País, não tendo, muitas vezes, acesso a um ensino de mais qualidade e com mais oportunidades, ter exatamente esse tipo de ensino.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Onde está a escola pública?!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Eu sei, porque duas amigas minhas tiveram, precisamente, a oportunidade de ter essa...

Vozes do PS: — São exemplos!

Vozes da IL: — Ah!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — São exemplos? Não podemos ter exemplos? Todos temos exemplos, certamente, de muitas coisas.

Tenho duas amigas que, por não estarem numa zona do País com acesso a vários tipos de escola, tiveram a oportunidade e a liberdade de poder frequentar essas escolas e ter acesso a um ensino de qualidade e superior.

Aplausos da IL.

Sim, à semelhança do Sr. Deputado, sou produto da escola pública, e é, certamente, graças à escola pública que muitos de nós temos sucesso, temos conseguido alcançar as nossas ambições, mas não é, certamente, graças ao Partido Socialista, que tem atirado os alunos para índices superinferiores à média da OCDE — temos vindo a piorar em vários indicadores e em vários relatórios internacionais.

Portanto, é graças ao Partido Socialista, sim, que a escola pública e o ensino em Portugal se têm vindo a tornar cada vez piores e se têm vindo a degradar. Basta ver o relatório PISA.

O Sr. Deputado falou do «cheque-ensino», que está no nosso programa eleitoral, mas de que não falei na minha intervenção. Vamos lá falar do «cheque-ensino»!

Acho que o Partido Socialista ainda não conseguiu perceber isto, porque não lê com atenção o nosso programa eleitoral, mas a Iniciativa Liberal, o que defende, é a liberdade de escolha. Defendemos que cada família possa escolher onde colocar os seus filhos, porque, atendendo ao seu currículo escolar, atendendo à proximidade da área de residência, aquela escola faz mais sentido para o projeto que cada família tem para os seus filhos.

Sr. Deputado, aconselho-o a fazer menos «Ctrl-F» nos programas dos outros partidos e a procurar mais, a ler, porque o «cheque-ensino», apesar de não estar lá previsto por estas palavras, está no programa da Iniciativa Liberal, na questão da autonomia e do financiamento dos alunos.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Carvalho, do Chega.

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Falamos hoje sobre escola, falamos hoje sobre ensino, e permitam-me saudar, daqui, os alunos e seus professores que nos acompanham hoje, neste espaço, ao vivo, neste debate que é deles e para eles.

Aplausos do CH.

Posto isto, falo em nome das escolas, dos mais variados graus de ensino, falo em nome dos professores, dos alunos sem aulas, das famílias, dos funcionários, das técnicas, das terapeutas, das tarefeiras das nossas escolas, que fazem um trabalho notável em prol dos alunos com necessidades educativas especiais.

Falo em nome dos diretores, dos psicólogos, dos administrativos e de todos quantos fazem acontecer a Escola, e são tantos, tantos, que foram enganados por oito anos de socialismo e pelas esquerdas unidas e que anseiam por sinais de esperança.

Aplausos do CH.

Falo em nome dos alunos da Faculdade de Ciências do Porto que estiveram sem aulas e sem exames, porque meia dúzia — dizem-nos — de ativistas...

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Eram 150!

O Sr. **José Carvalho** (CH): — ... invadiram as salas de aulas e os corredores do edifício.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do BE José Moura Soeiro e do Deputado do L Jorge Pinto.

Contudo, para os mais distraídos, isto não é ativismo, mas puro terrorismo. E terrorismo com o apoio dos partidos da extrema-esquerda.

Os professores, os alunos e as famílias querem saber o que fará o Governo para a reposição da normalidade e para evitar que situações semelhantes se repitam.

Srs. Deputados, já todos percebemos que as escolas estão doentes com uma dose de loucura: a loucura da burocracia, que transformou as escolas em máquinas burocráticas; a loucura de uma escola que alguns querem transformar em campos de reeducação para doutrinar os nossos filhos e netos.

Aplausos do CH.

As famílias, Srs. Deputados, educam; a escola, ensina.

Aplausos do CH.

A família, como célula-base da sociedade e a verdadeira escola de virtudes, educa, e a esquerda não pode continuar a usar a escola como laboratório ideológico, nem as nossas crianças como cobaias.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Existe também a loucura da indisciplina, quando não, muitas vezes, a da violência, contra professores, contra funcionários e entre os próprios alunos, que décadas de socialismo ignoraram, desculparam e até incentivaram.

Existe a loucura dos professores doentes e descontentes, que necessitam de ver reconhecida a sua dignidade pessoal, profissional e institucional.

E toda esta loucura, Srs. Deputados, não se trata com *Melhoral*, mas com um propósito firme de reforma global. O Chega está disposto a ser parte da solução no combate à loucura que grassa no ensino.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Querem é acabar com o Ministério da Educação!

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Para nós, meritocracia, sim; ideologia, não!

Aplausos do CH.

Para nós, exigência, sim; facilitismo e bandalheira, não!

Afinal, décadas de socialismo destruíram a escola e a pergunta que aqui deixo, Srs. Deputados, é a de saber se estão dispostos a cumprir o nobre propósito de curar a grave loucura das nossas escolas, a não ser que o atual Governo pretenda ficar conhecido como o «Governo das intenções», mas sem as realizações e as concretizações.

Finalmente, Srs. Deputados, o Chega, para que conste, não é pequenino e murcho, mas forte e vigoroso no nobre propósito de se concentrar no essencial, que é transformar Portugal!

Aplausos do CH, com Deputados de pé.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Para curar a loucura tem de se mudar os medicamentos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A medicação é mais para o vosso lado!

O Sr. **Presidente**: — Não se tendo inscrito junto da Mesa nenhum Deputado para formular pedidos de esclarecimento, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Muacho, para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A escola pública é, desde que temos democracia, o principal motor da mobilidade social da nossa sociedade. Quantos portugueses, hoje, foram os primeiros da sua família a conseguir tirar uma licenciatura, um mestrado, um doutoramento, e quantos desses vêm de famílias em que os avós, ou os pais, não tiveram qualquer escolaridade ou apenas a obrigatória?

Saudamos, é preciso dizê-lo, o acordo que foi alcançado pelo Governo com alguns sindicatos representativos dos professores.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sempre o dissemos: era essencial resolver esta grave injustiça, e por isso é que o Livre era o único partido que, desde 2015, tinha no seu programa eleitoral a recuperação integral do tempo de serviço dos professores.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — O único?!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Mas também não podemos deixar de salientar que este acordo deixa de fora muitos professores e, sobretudo, cria injustiças de tratamento para com os professores que entretanto se reformaram.

O que vai este Governo fazer para garantir que repõe a justiça nestes casos?

Não podemos nunca esquecer que a escola pública não são paredes, são pessoas: são os professores, são os alunos e as alunas, são os encarregados de educação e são todos os outros profissionais que, todos os dias, constroem a comunidade escolar.

Ainda há muito para fazer e é preciso soluções que transformem a escola pública e a tragam para o século xxi. Precisamos de valorizar todos estes profissionais e de resolver também a falta de professores. Depois de o último Governo do PSD nos dizer que tínhamos professores a mais e de os mandar emigrar,...

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... resulta, hoje, que temos uma classe profissional envelhecida e desprestigiada, e precisamos de acabar com as colocações atabalhoadas que, todos os anos, enviam os professores para longe da sua residência.

Que propostas têm o PSD e o Governo sobre esta matéria? Estão disponíveis para discutir a criação de casas de função para os professores? Esta é uma ideia que já trouxemos várias vezes a este Parlamento e que permitiria não termos situações em que os professores recusam colocações, porque os custos da habitação são incomportáveis.

Precisamos de promover abordagens pedagógicas que favoreçam a cooperação entre os alunos e uma nova organização, não baseada em turmas, mas em comunidades de aprendizagem.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Precisamos de mais escolas livres, com mais autonomia, mais flexibilidade, e que integrem, na escola pública, os novos modelos de ensino, centrados no aluno e na relação entre o professor e o aluno. E desafiamos, também, o Governo a avançar nesta matéria: a avançar para criarmos as novas António Arroio, as novas Soares dos Reis, das Ciências, do Jornalismo, de todas as áreas.

Precisamos, também, de fazer democracia dentro das escolas, democratizando o seu funcionamento e envolvendo os alunos e os jovens, porque a democracia e a cidadania acontecem, em primeiro lugar, na escola.

A escola pública é que deve ser a verdadeira casa da democracia. Por isso, a educação cívica deve ser uma parte integral da nossa escola, para ensinar, sim, os valores da nossa Constituição, porque também, através da educação, se aprendem os valores da igualdade e da liberdade e se combate o discurso de ódio e o discurso preconceituoso,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso, isso!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... para que as nossas escolas tenham um padrão um pouco mais elevado do que o Parlamento.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Bem lembrado!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Isso é verdade!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, precisamos de discutir a escola pública e os portugueses precisam que cada partido apresente as suas ideias, pois estão fartos do constante pingue-pongue entre o PS e o PSD, sobre quem é que não fez o quê, quem é que não fez o outro. Os portugueses precisam de um debate que não seja mais um debate de campanha eleitoral, mais um debate de empurra-culpas, mais um debate de apontar o dedo.

Há muito para fazer na escola pública e o que precisamos é de um Governo e de um Parlamento que esteja disposto a discuti-lo, a fazê-lo e a pôr a escola pública como prioridade.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tanta asneira que disse!

O Sr. **Presidente**: — Não se tendo inscrito junto da Mesa nenhum Deputado para pedidos de esclarecimento, para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Mithá Ribeiro, do partido Chega.

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ninguém melhora a escola pública sem garantir antes a sustentabilidade financeira do Ministério da Educação, destruída por socialistas, comunistas e bloquistas.

Aplausos do CH.

Isso só acontecerá quando se racionalizarem os currículos e horários dos alunos. Há dois anos que o Chega insiste, solitário, nessa necessidade. Os currículos e horários dos alunos são demasiado extensos, maus, disfuncionais. Em todo este século, têm sido os piores parasitas financeiros da Administração Pública.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — O descongelamento do tempo de serviço dos professores, antontem acelerado pelo Ministro da Educação, Fernando Alexandre, e muito bem, nada garante para o futuro, se não diminuirmos as cargas escolares excessivas.

Ao acelerar, ao máximo, a recuperação do tempo de serviço congelado aos professores logo no primeiro ano, a única garantia que temos é que o Governo da AD prevê eleições no prazo de um ano e já está em campanha eleitoral.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eh pá!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Pergunto aos Deputados do PSD: não é a isso que os senhores chamam populismo?

Daí o Governo da AD não mexer uma palha para inverter a acentuada perda de poder de compra dos professores e demais funcionários da escola pública ao longo de todo este século. É por isso que passou a haver falta de professores nas escolas, por causa da mão de obra barata que os senhores alimentam. São problemas gravíssimos!

Pelos vistos, o PSD e demais partidos políticos não querem saber do problema, uma vez que ignoram as suas causas profundas. A solução do Chega de racionalizar currículos e horários teria evitado o descalabro da escola pública e prevenido males futuros.

Vozes do PSD: — Está em campanha eleitoral!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Mais: os alunos são absorvidos horas excessivas em salas de aula e essa tem sido a garantia infalível da perda da qualidade do ensino. Será que os Deputados do PSD e da Iniciativa

Liberal não percebem que o problema resulta de um ensino moldado por mentes totalitárias que tentam ao máximo não deixar escapar crianças e adolescentes à doutrinação que fazem nas escolas?

Aplausos do CH.

O que temos hoje é uma escola patologicamente inimiga de tudo o que existe para além dela mesma, uma escola inimiga da vitalidade da vida social e da família. A falta de apoios financeiros a alunos portadores de deficiência, a alunos do ensino da música e a obras nas escolas tem exatamente a mesma origem. O dinheiro dos impostos dos portugueses chega e sobra para uma escola pública de muito mais dignidade e qualidade.

Pergunto, para terminar, aos Srs. Deputados do PSD: se não conseguem reformar o ensino desde 1974 de forma substantiva, o que é que distingue o PSD do PS?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Inês Barroso, do PSD.

A Sr.^a **Inês Barroso** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sou com muita honra Deputada à Assembleia da República, mas sou orgulhosamente professora.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sim, sou professora. Sou de uma das classes profissionais que o Governo socialista e também da geringonça desconsiderou e desvalorizou durante os últimos oito anos. Sim, repito, desconsiderou e desvalorizou!

Se não, vejamos em que estado as políticas socialistas deixaram a profissão docente: não conseguiram dar resposta ao número de alunos sem professor; por via da carga fiscal, não tornaram a carreira docente mais atrativa; não combateram a burocracia nas escolas, antes pelo contrário, há plataformas e plataformas em que a operabilidade entre os sistemas não existe; não compensaram a saída de doentes por aposentação; não tornaram atrativa a profissão docente para os jovens; não garantiram sequer a equidade na mobilidade por doença; não reviram a formação de professores; o apoio de alojamento aos professores da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve foi quase nulo e ineficaz.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — E o que é que vão fazer?

A Sr.^a **Inês Barroso** (PSD): — Foram disponibilizadas 25 habitações, das quais 14 foram cedidas, mas há bem pouco tempo.

O PS anunciava e continuava a anunciar medidas de apoio. Mas que apoio, quando em sede de IRS apenas consideravam os docentes que estivessem a lecionar nas áreas carenciadas, fazendo aqui uma distinção clara na classe docente?

Sr.^{as} e Srs. Deputados, obviamente, não posso deixar de dizer que o PS não recuperou o tempo de serviço aos docentes. Aliás, em relação ao tempo de serviço, devemos todos estar orgulhosos do acordo que foi celebrado entre o Governo da Aliança Democrática e os sindicatos e dar os parabéns aos professores, aos sindicatos, por terem conseguido perceber e vislumbrar o alcance que este acordo vai ter na serenidade e na paz de que as escolas públicas necessitam.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos aqui recordar dois pontos. O primeiro é o seguinte, porque já não existem dúvidas sobre os factos: o congelamento das carreiras entre 2011 e 2015 foi uma decisão do Partido Socialista e não do PSD. Foi do Governo de José Sócrates, que os senhores renegam e do qual António Costa era o número dois.

Recordemos também que, em 2019, o então Primeiro-Ministro António Costa ameaçou demitir-se, caso os partidos da oposição aprovassem a devolução do tempo congelado,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E vocês cederam!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Vocês cederam!

... alegando que essa verba era necessária para obras na IP3. E as obras não se fizeram.

Aplausos do PSD.

Portanto, não é ao PSD que têm de perguntar o que é que se passa.

Em relação a esta medida, muito sucintamente, o acordo celebrado prevê que em dois anos e dez meses seja recuperado o tempo de serviço integral, ou seja, entre 1 de setembro e 1 de julho de 2027. O acordo reconhece ainda aos docentes o tempo de serviço contabilizado através do Decreto-Lei n.º 74/2023, o chamado «acelerador de carreiras», e ficou ainda garantido o acesso aos 5.º e 7.º escalões a todos os docentes que, por via da recuperação do tempo de serviço, reúnam as condições de progressão na carreira, e obviamente que foram incluídas já as situações das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Não foram só as negociações da recuperação do tempo de serviço que alcançaram um acordo em apenas 40 dias. Simultaneamente, o Governo anunciou um programa de emergência para a educação e para a falta de professores. Portanto, deixemos o Governo trabalhar.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Inês Barroso** (PSD): — O apoio para despesas de alojamento de docentes, a desburocratização do ensino e trabalho de professores, a formação contínua dos professores: tudo são temas que serão revistos rapidamente. Portanto, é o garantir de um futuro melhor aos nossos alunos e é a valorização dos professores; é colocar os alunos e a escola em primeiro lugar nas opções políticas.

Quem lidera faz escolhas e o PSD está a fazer as suas escolhas: está a apostar na escola, na comunidade educativa, nos professores, nos encarregados de educação e, sobretudo, nos alunos, para que as gerações futuras possam sentir a responsabilidade do que está a acontecer no dia de hoje.

Portanto, como professora, e em nome dos muitos professores que nos têm contactado, vou agradecer à Aliança Democrática este acordo. Que orgulho nós temos por, realmente, para este Governo, serem os portugueses aquilo que interessa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Inês Barroso, tem um pedido de esclarecimento. Para o formular, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rosário Gambôa, do PS.

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, tenho três questões que nos preocupam e que gostava de lhe colocar.

Nas reuniões que o Sr. Ministro tem tido com agrupamentos de escolas e com presidentes de Câmara, tem dito que é necessário que os presidentes de Câmara possam imiscuir-se em questões pedagógicas, o que vai ao arrepio do modelo de descentralização de competências e é também um desrespeito pela atuação dos professores. Pergunto-lhe: pode-me esclarecer se essa ingerência das autarquias também está prevista para a contratação de docentes?

Sobre a contratação de docentes, Sr.^a Deputada, o modelo de colocação de docentes com base na residência é uma das propostas do PSD. Ora, neste momento, o atual modelo de contratação de professores já contempla a preferência, mas respeitando as graduações dos docentes. Pergunto o que é que o Governo pretende fazer com isto: desvirtuar a seriação da graduação profissional e introduzir novos fatores de desigualdade entre os docentes?

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Já é a terceira vez que se pergunta!

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Depois, há uma questão fundamental, Sr.^a Deputada: não há nada sobre a educação de adultos. O programa Novas Oportunidades foi desmantelado pelo PSD. Nós, com o Programa

Qualifica, voltámos a investir na qualificação da população ativa e chegámos a ter um registo de 1 milhão e 300 mil certificações. O vosso programa nada diz. O que é que isto significa?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Inês Barroso, tem a palavra, para responder.

A Sr.^a **Inês Barroso** (PSD): — Sr. Presidente, muito obrigada pelas questões, Sr.^a Deputada Rosário Gambôa.

É realmente incrível como o Partido Socialista, neste debate que hoje temos desenvolvido, vem perguntar ao Grupo Parlamentar do PSD sobre aquilo que não fez nos últimos oito anos.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

Se não fez, claro que anunciou o seu *modus operandi*, foi fazendo anúncios. Em termos do investimento, aumentou-o, sim, mas isso não se repercutiu na qualidade do ensino nem na qualidade da valorização da profissão docente.

Relativamente às questões, todas elas podem ser apresentadas no próximo debate quinzenal, quando tivermos connosco o nosso Primeiro-Ministro, e aí poderão ser esclarecidas.

Protestos do PS.

Vozes do PSD: — São perguntas para o Governo!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Para que é que marcaram o debate? Foi só para falarem sozinhos?!

A Sr.^a **Inês Barroso** (PSD): — Para o PSD, o que interessa mesmo é irmos trabalhando no dia a dia e apresentar respostas, como apresentámos no passado dia 21, com este acordo com os sindicatos.

Aplausos do PSD.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, para uma intervenção.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PSD marcou para hoje um debate sobre o estado da escola pública, quando é um dos partidos que mais contribuiu para o desinvestimento e o subfinanciamento da escola pública.

Protestos de Deputados do PSD e da Deputada da IL Patrícia Gilvaz.

As opções políticas que defende estão na origem dos problemas com que a escola pública, os seus trabalhadores e os estudantes se confrontam.

Se, por um lado, o Governo de maioria absoluta do PS recusou resolver os problemas da escola pública e dos seus trabalhadores, apesar de dispor de todas as condições para o fazer, por outro lado, o PSD e o CDS, com a conivência da Iniciativa Liberal e do Chega, pretendem ir mais longe no caminho da desvalorização da escola pública. Ao mesmo tempo, aquilo que pretendem é, de facto, valorizar e transferir mais recursos financeiros para as escolas privadas.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Essa é que é essa!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Pretendem aprofundar todo o processo de descentralização de competências, para transferir mais encargos para as autarquias, enquanto o Governo se desresponsabiliza da garantia de um direito constitucional e universal.

O Programa do Governo não apresenta uma visão coesa sobre o que pretende para a educação: há um conjunto de medidas desgarradas que mais parecem remendos para tentar encobrir problemas mais prementes.

Aproxima-se o fim do ano letivo e, daqui a poucos meses, iniciar-se-á um novo ano letivo, que deve começar com tranquilidade e estabilidade. Mas o que está o Governo a fazer nesse sentido? Hoje também não obtivemos respostas sobre esta matéria.

Não se veem medidas para colmatar a falta de professores — questionámos, mas não houve respostas — ou para resolver os grandes níveis de precariedade na escola pública, integrando os técnicos especializados que ano após ano desempenham necessidades permanentes, como também não se veem medidas para contratar psicólogos e técnicos que faltam.

Não se veem medidas que assegurem todos os meios e recursos para uma verdadeira escola inclusiva para todos, permitindo que todos os alunos tenham uma resposta diferenciada que respeite as suas necessidades específicas.

Não se veem medidas que olhem para a educação e a escola pública como um pilar da democracia, sendo fundamental a garantia da criação da rede pública de ensino artístico, de creches, de ensino pré-escolar e ensino profissional que cubra todo o território nacional.

Defender a escola pública passa pela defesa de uma escola verdadeiramente democrática, que só é possível com direção e gestão democráticas, assentes na colegialidade, na elegibilidade e na ampla participação. Defendemos, assim, a eleição democrática para os órgãos de direção e de gestão das escolas e agrupamentos, nomeadamente, representantes de professores, pais, alunos e trabalhadores não docentes, e não órgãos unipessoais e não eleitos diretamente, dotados de poderes excessivos, ao arrepio da democraticidade, da representatividade e da participação dos vários corpos da escola, que é a realidade que hoje temos. Não é este o caminho que o PSD e o CDS apontam, mas sim o do reforço do papel dos diretores.

Uma escola democrática implica também a participação dos estudantes, o respeito pela sua autonomia e tomada de decisão, participação que deve ser incentivada com a sua participação nos órgãos de direção e a auscultação permanente das suas opiniões.

Não é aceitável a ingerência das direções de algumas escolas na sua organização, nomeadamente ao nível das associações de estudantes. A defesa da escola pública de qualidade implica trabalhadores valorizados, implica o respeito pelos seus direitos laborais, valorização das carreiras dos trabalhadores da educação, dos seus salários e das suas progressões. A valorização da carreira e da profissão docente é condição para resolver o problema da carência de professores.

Foi a luta dos professores e dos educadores que obrigou o Governo a tomar a decisão de recuperar todo o tempo de serviço dos professores.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Vale mesmo a pena lutar — é esta a conclusão que daqui tiramos.

É um passo positivo a recuperação de todo o tempo de serviço, mas não podemos deixar de considerar inaceitável que o Governo deixe de fora cerca de 25 000 professores que não recuperarão, na totalidade ou parcialmente, o tempo de serviço trabalhado.

Não tivesse sido a oposição do PS e do PSD há muito que este problema podia estar resolvido, como o PCP sempre propôs ao longo destes anos.

Uma escola pública, gratuita e de qualidade implica também o investimento nas instalações, nos recursos didáticos, nos equipamentos, na redução do número de alunos por turma, no reforço da ação social escolar, no alargamento da gratuidade dos manuais escolares aos livros de fichas, na eliminação dos exames e na valorização da avaliação contínua.

A escola pública gratuita de qualidade é a solução para assegurar a concretização do direito constitucional de todos à educação, independentemente da sua origem e condição. Queremos uma escola pública que

contribua para o desenvolvimento integral, para a emancipação individual e coletiva da juventude, da população e dos trabalhadores em particular.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Foi, finalmente, possível desbloquear a recuperação do tempo de serviço dos professores. É um ganho justo dos professores.

Recordemos que António Costa disse que era preciso fazer escolhas, que não havia dinheiro para tudo e que, ou se devolvia o tempo de serviço, ou se intervinha no IP3 (itinerário principal).

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mais: António Costa disse mesmo que se demitiria se a recuperação do tempo de serviço avançasse. Feita a escolha, fica a questão: onde estão as obras do IP3?

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Resolvido este assunto, podemos agora focar-nos no essencial: nos alunos, nos nossos filhos.

Na pandemia houve várias decisões erradas que foram tomadas e uma dessas decisões, talvez a mais gravosa, foi a de encerrar as escolas dos nossos filhos. Os danos causados são claros. Podemos atrasar a construção de um aeroporto, podemos adiar as obras do IP3, mas não podemos é falhar com as nossas crianças, que dependem da escola para um futuro melhor. A escola é o maior elevador social e quando a escola falha, não falha apenas a escola; falha todo um país.

O plano de recuperação de aprendizagens foi também um enorme falhanço e quem o disse foi o Tribunal de Contas: das 51 medidas previstas no programa, 32 já existiam; não foram definidas prioridades; a afetação de recursos foi insuficiente; e não há metas ou indicadores para avaliarmos o sucesso do plano.

Por fim, falemos da escola pública, das escolas públicas, porque não há uma, há muitas, e há excelentes escolas públicas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Tive a honra de fazer parte do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Aurélia de Sousa e testemunhar o brio e a dedicação inextinguível dos seus professores e auxiliares.

As escolas públicas precisam de mais autonomia para ajustar o projeto educativo às necessidades dos seus alunos e de mais autonomia para contratar os professores, porque, sejamos claros: o atual modelo não funciona. Professores a percorrer o País de mala às costas, sem que as escolas possam ter um papel decisivo na escolha da sua equipa, não funciona.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E, fruto desta incapacidade de contratar professores, temos alunos sem aulas há vários meses.

Está também na hora de descentralizar para as CIM (comunidades intermunicipais) e permitir que haja concursos locais. Este modelo soviético em que os professores são colocados por um planeador central não serve professores, não serve alunos, não serve ninguém.

O Sr. **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Termino já, Sr. Presidente, Temos um dever político, mas sobretudo moral, de desta vez não falhar, se mais não for, porque a nossa ação política é para e por eles, os nossos filhos.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, primeiro, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, ainda que me sobre pouco tempo, eu cederei 1,5 minutos à Iniciativa Liberal para poder responder ao meu pedido de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Assim é que é bonito...!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, num debate em que perdemos demasiado tempo a fazer passa-culpas do passado, acho que há um tema que o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes levantou que é muito importante e tem a ver com a recuperação de aprendizagens para os alunos que sofreram com a pandemia.

Essa recuperação não pode ser feita duplicando horas de aulas, porque, como dizia o grande pedagogo Comenius, uma criança não é um balde para encher de água, é uma planta que precisa ser regada e que tem os seus tempos e os seus ritmos.

A pergunta do Livre — e esta é uma pergunta sincera, um verdadeiro pedido de esclarecimento para ver se podemos avançar em qualquer coisa em que concordemos neste debate — é no sentido de saber se a Iniciativa Liberal estaria disposta a refletir em conjunto sobre a proposta, feita pelo Livre, de criar um ano zero para o ensino universitário, o que permitiria a esta geração, que está agora no secundário, poder ter, no acesso ao ensino universitário, uma gama ampla de conhecimentos, do método científico, de tudo o que tem a ver com utilização de fontes, de despistagem da desinformação, de métodos de trabalho, de identificação de plágio, e por aí fora, que permitiria a muita gente recuperar aquilo que não teve na escola secundária.

Se a resposta fosse «sim», ao menos tínhamos aqui qualquer coisa que, pesem embora as nossas muito grandes diferenças, nos permitiria começar a falar de qualquer coisa para o futuro da educação em Portugal.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, que dispõe de 19 segundos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço à bancada do Livre por me ter cedido tempo.

O que aqui está em causa são as nossas crianças, os nossos filhos e, portanto, tendo em conta tudo o que possa servir para contribuir para um futuro melhor, a minha resposta é sim. A política é confronto, mas também é momento para construir pontes, e podemos e devemos dialogar, e podemos e devemos fazê-lo em conjunto, seja com quem for, sem sectarismos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha que bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não fique com ciúmes, Sr. Deputado Pedro Pinto!

Risos da IL.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu não; eles!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Como dizia, sem sectarismos, podemos e devemos trabalhar juntos pelas nossas crianças. O setor privado já faz isso, como referiu, e, portanto, porque não aplicá-lo também ao setor público? Tem o nosso compromisso para trabalharmos juntos.

Aplausos da IL.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Não fiques assim, Pedro! Estás com ciúmes!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Madalena Cordeiro, do Chega.

A Sr.^a **Madalena Cordeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Hoje discutimos o ensino público; e discutir o ensino público é discutir um dos temas mais importantes de um país, é discutir os jovens e o seu futuro.

Ao Estado compete apoiar a família e dotar as instituições de condições de excelência para que os jovens tenham uma boa qualidade de formação, desde o ensino pré-escolar até ao ensino superior.

Contudo, a escola pública é hoje o principal fator gerador de desigualdades entre os jovens.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Eh, lá...!

A Sr.^a **Madalena Cordeiro** (CH): — Srs. Deputados, hoje é muito difícil ser aluno no ensino superior. As dificuldades que um jovem da minha idade enfrenta são muito diferentes daquelas que os Srs. Deputados enfrentaram nos vossos tempos.

Aplausos do CH.

Há falta de alojamento para os jovens, os preços do pouco que existe são inoportáveis. No Portugal profundo, é impossível um jovem decidir fugir para uma cidade perto da universidade, porque, então, não terá como se deslocar. A universidade, mais do que nunca, é um espaço de luta ideológica marxista...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Madalena Cordeiro** (CH): — ... onde todos os que não seguem a ditadura do pensamento único são excluídos.

Aplausos do CH.

Protestos do BE e do L.

Hoje mesmo assistimos a um atentado à liberdade dos jovens que querem aprender, mas não o podem fazer porque os seus colegas estão a ocupar as salas de aula. Sabemos que é isto que alimenta a esquerda; o que alimenta a esquerda é precisamente o caos.

Vozes do L e do BE: — Eh, lá!

A Sr.^a **Madalena Cordeiro** (CH): — Mas aquilo com que os Srs. Deputados da esquerda e do PSD se deveriam preocupar, aquilo que os Srs. Deputados do PSD deveriam querer alterar é o facto de mais de metade

dos jovens com dificuldades económicas não conseguirem seguir o seu percurso académico, não conseguirem entrar no ensino superior.

Aplausos do CH.

Os senhores deveriam mudar a realidade dos 10 % de jovens que têm de abandonar a licenciatura um ano após iniciarem o curso, porque não têm condições económicas para continuar.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Olha, o Groucho Marx!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Respeito!

A Sr.^a **Madalena Cordeiro** (CH): — Os senhores deveriam fazer alguma coisa pelos jovens com deficiência que não conseguiram entrar no ensino superior devido a regras absurdas.

Aplausos do CH.

Mas este cenário não pareceu suficientemente mau ao atual Governo e por isso decidiram prescindir do Ministério do Ensino Superior e criar um ministério bibelô — o Ministério da Juventude — que discrimina, em nome da inclusão, aqueles que são invisíveis e que discrimina aqueles com quem os coletivos não se preocupam em nome da inclusão.

Aplausos do CH.

Srs. Deputados, ou param de brincar às cores do arco-íris ou nunca serão capazes de satisfazer as verdadeiras necessidades dos jovens.

Aplausos do CH, com alguns Deputados de pé.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se fosse ao contrário diziam que era misoginia!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Isso é para mim?!

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Precisamos ter um outro debate sério sobre a escola pública. Temos de, sem pânicos morais e, sobretudo, sem medo das acusações que possam vir dos setores mais retrógrados da sociedade,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ou ultramodernos! Ou moderninhos!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... ser capazes de decidir sobre a escola pública e se nós temos ou não uma palavra a dizer sobre o facto de haver uma maioria de jovens que normaliza a violência no namoro.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Temos de ser capazes de decidir e temos alguma coisa a dizer sobre o facto de haver uma maioria de jovens que não consegue, sequer, identificar quais são os sinais de violência entre homens e mulheres.

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — É verdade!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Temos de ser capazes de decidir se conseguimos ou não discutir seriamente o facto de Portugal estar muito acima da média europeia no número de crianças que são vítimas de adolescentes, vítimas de *bullying* por serem da comunidade LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero e Intersexo).

Temos de ser capazes de decidir se somos ou não capazes de discutir que este é um dos fatores de insegurança e de violência na escola — a discriminação e o preconceito.

Temos de ser capazes de decidir se somos capazes de discutir que a escola tem de ser um espaço de liberdade, não de liberdade de coação, como diria a Sr.^a Deputada Margarida,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Madalena!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... — peço desculpa —, como diria a Sr.^a Deputada Madalena Cordeiro, do Chega,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É Madalena Cordeiro! Mortágua é que não se pode dizer, mas Cordeiro pode!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... pois essa tem havido de mais.

Portanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o apelo que deixo é para que possamos — além de todos os aspetos que aqui discutimos, que são importantes, e que têm que ver com a carreira dos professores e com as condições materiais dos alunos — ter coragem de debater aquilo que hoje também importa aos nossos alunos: cuidar da liberdade, da democracia e da diversidade dentro das escolas públicas.

Aplausos do BE.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isto era um pedido de esclarecimento?!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Ana Gabriela Cabilhas, do PSD, que dispõe de 2 minutos e 13 segundos.

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ninguém deve abandonar o sistema educativo, seja por razões sociais, económicas, culturais ou pelo insucesso escolar. O combate ao abandono tem de ser levado a sério e está longe de ter terminado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Atacar o sistema educativo com narrativas convenientes, diagnósticos pouco sérios, grandes planos e falsas promessas é destruir um país.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Há uns meses, também eu era estudante e senti de perto a realidade de jovens que tinham grandes dificuldades para frequentar o ensino superior, sendo que muitos escolhiam entre refeições essenciais ou juntar dinheiro para a renda do quarto.

Estive ao lado de jovens que sentiam ser um fardo, um fardo para as suas famílias, porque não conseguiam um quarto digno e compatível com o orçamento familiar. Falo de estudantes colocados, mas desalojados, de estudantes que acabavam por fazer longas viagens até à faculdade, resistindo ao cansaço, ainda que com impacto no desempenho académico e na saúde mental.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Os nossos percursos seguiram rumos diferentes e hoje estou aqui. Estou aqui também por eles, porque sei que, para muitos, o ensino superior é a última esperança para um futuro melhor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Para muitas famílias, o ensino superior é o único investimento geracional, a melhor herança a deixar.

Aplausos do PSD.

Enquanto aqui estiver, não me esquecerei desses jovens empurrados para situações em que o risco de abandono escolar é real.

É preciso recuar mais de cinco anos para evidenciar o fracasso — o fracasso! — do Plano Nacional para o Alojamento do Ensino Superior, apresentado pelos governos socialistas. Em 2018, um levantamento das residências públicas mostrou que apenas 13 % dos estudantes deslocados conseguiam vaga. Surgiu um primeiro plano de intervenção com a construção e reabilitação de mais de 14 000 camas —14 000 camas — entre 2019 e 2022.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Foi um plano cheio de boas intenções que não foram levadas a sério e não foi por falta de aviso.

Com falta de dinheiro para concretizar o investimento anunciado, o anterior Governo agarrou-se ao PRR. O compromisso foi relançado como o maior investimento de sempre em alojamento estudantil, com a meta de intervencionar 18 000 camas até 2026, 516 milhões de euros cuja execução foi ineficaz, incapaz, cansada.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Estão concluídas, nesta fase, 1114 camas, ou seja, 6 % das camas prometidas. A execução do PRR pelos governos socialistas avançou a passo de caracol...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Não diga isso!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — ... e o tempo perdido é irrecuperável. É necessário mais, mais ambição, mais empenho, mais recursos, mais rapidez e melhor acesso.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Diga isso ao ministério!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Felicito o Governo da AD pelo ímpeto que está a dar a este assunto e por fazer em meses o que os governos socialistas não fizeram em anos,...

Aplausos do PSD.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves e contraprotestos do Deputado do PSD Emídio Guerreiro.

... em muitos anos. Promessas muitas, camas nenhuma.

Os estudantes e as famílias precisam de soluções já, porque hoje e porque ontem já era tarde e porque amanhã será sempre tarde demais.

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

Hoje o Governo da Aliança Democrática apresentou um plano de emergência para o alojamento estudantil com três eixos:...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Muito bem!

Protestos da Deputada do PS Rosário Gambôa.

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — ... o reforço da oferta de camas, usando a capacidade instalada das pousadas da juventude e INATEL (Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores); uma linha de financiamento para as instituições protocolarem o reforço de camas com entidades; e a atribuição de 50 % do valor do complemento de alojamento para estudantes deslocados, em agregados familiares entre 23 e 28 IAS, o indexante dos apoios sociais.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Este é um primeiro passo que nos permite olhar o início do ano de letivo, em setembro, e o futuro com mais esperança.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — E para quem aqui criticou o Ministério da Educação, Ciência e Inovação, permitam-me dizer que este Ministério, numa semana, já fez mais do que os anteriores ministérios da educação e da ciência juntos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar, Sr.^a Deputada.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Deu mais 1 minuto à IL!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Na mesma semana, temos um acordo histórico com os professores e temos hoje mais camas para os estudantes no ensino superior. Com este Governo, com este novo rumo, já percebemos a diferença: mais ação, menos propaganda.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Elza Pais, do Partido Socialista.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Estava tudo previsto!

A Sr.^a **Inês Barroso** (PSD): — Agora é que vai ser!

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Vai ser, vai!

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Falamos hoje de escola pública, uma das maiores conquistas da nossa democracia,...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — ... um sistema educativo que permite o acesso de todos à educação, onde se mitigam desigualdades.

Mas, falar da escola pública é também falar da escola inclusiva, que sempre foi, é e continuará a ser a nossa aposta: um espaço de aprendizagem para a vida, onde se ensina o respeito pelos direitos humanos, o respeito

pelos direitos das minorias, o respeito pelos direitos das pessoas racializadas, LGBTI, onde se combate a violência no namoro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — São estes direitos que afirmámos ontem, hoje e sempre. Estes direitos, os direitos das minorias, não são direitos menores e não os respeitar é atacar a democracia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a escola em Campo Maior?!

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Ao longo destes anos, promovemos a escola inclusiva, com o acolhimento de menores acompanhados, com a inclusão de alunos migrantes, com uma Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, com uma escola segura.

Contudo, tudo isto exige continuidade e vemo-la, por exemplo, há dois dias, no despacho do Governo que cria uma comissão para elaborar uma estratégia de prevenção do assédio sexual nas instituições de ensino superior.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é com o Bloco!

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Estranhámos, contudo, que para criar esta comissão, tivessem de revogar a outra, sendo que esta é em tudo igual à anterior, nem mais nem menos uma vírgula. É caso para dizer: «Bem-vindos à cópia das nossas ideias. Executem-nas bem e estamos cá para aplaudir.»

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — Oh!

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — É isso: bem-vindos à cópia das nossas ideias.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A Sr.^a Deputada disse isto e olhou para o Chega!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Era para o CDS!

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Executem-nas bem e estamos cá para aplaudir. Aquele despacho não tem nenhuma novidade a não ser a de dizer: «Revoga-se o despacho anterior».

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — Ainda vamos a tempo!

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Manuela Tender, do Chega.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Pensava que o PSD já não tinha tempo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É a equipa B!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, peço que criem condições para que possa usar da palavra a Sr.^a Deputada Manuela Tender.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Debateremos hoje o estado da escola pública e temos de ser realistas — a escola pública vive momentos de crise profunda, por ação ou inação dos partidos que tiveram responsabilidades governativas nos últimos anos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Então, a Sr.^a Deputada esteve hoje a apoiar a bancada!

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — E esta crise não se supera com discursos inflamados e juras de amor eterno, mas com medidas concretas e decisões políticas adequadas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Esteve hoje a bater palmas!

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — A falta de professores evidencia a incapacidade de previsão de sucessivos governos, a desvalorização da profissão, a perda de autoridade e prestígio social da classe, o desinvestimento na formação inicial.

Não há escola sem professores e os governos liderados pelo PS e pelo PSD esqueceram-se desta premissa e do quão importante é a aposta nos cursos via ensino e na valorização da carreira docente.

Aplausos do CH.

Temos, hoje, na escola pública, alunos sem professor a várias disciplinas, com inegável impacto na qualidade das aprendizagens, temos a necessidade de recrutamento de docentes com habilitação própria por falta de docentes com habilitação profissional,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L) — Precisamos de professores que não tenham de estar em dois sítios ao mesmo tempo!

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — ... um retrocesso que terá impacto na qualidade da docência, que exige conhecimentos e competências de índole científica, mas também pedagógica e didática.

A desvalorização do conhecimento, da disciplina, a imposição de agendas ideológicas que se sobrepõem ao ensino/aprendizagem têm esvaziado a escola pública da sua função essencial de transmissão de conhecimentos...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso é verdade!

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — ... e desenvolvimento de capacidades e competências, promotora da mobilidade social, que corrija desigualdades e contribua para a efetiva igualdade de oportunidades.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — Esta desvalorização do conhecimento tem tido tradução, também, na formação contínua dos professores, quase exclusivamente direcionada para a capacitação digital, descurando a formação científica, pedagógica e didática na área da docência.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — Por outro lado, a capacitação digital não tem sido acompanhada pelo investimento em equipamentos tecnológicos nem em cobertura de rede de *internet*, e temos muitas escolas com equipamentos obsoletos e sem ligação à *internet*, o que evita que se promova uma formação de excelência.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — Temos falta de assistentes operacionais, invocando um rácio cego que não atende às particularidades de cada escola, ao número de assistentes operacionais com limitações no exercício

das tarefas ou de baixa médica, à idade, ao contexto social ou à amplitude de espaços físicos da escola ou agrupamento.

Temos hoje professores e assistentes operacionais esgotados, desmotivados, desrespeitados e desvalorizados, que urge valorizar, formar e dignificar profissionalmente,...

Aplausos do CH.

... com tradução na componente remuneratória, mas também na formação contínua para o exercício das suas funções, tão diversas e relevantes.

Temos uma escola incapaz de orientar vocacionalmente os seus alunos, de vigiar e promover a saúde e a saúde mental de profissionais e alunos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem de terminar.

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — Termine, Sr. Presidente.

Temos uma escola incapaz de responder eficazmente às necessidades educativas de cada aluno com deficiência ou necessidades educativas especiais...

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — ... por falta de recursos humanos e materiais.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — Temos uma escola...

O Sr. **Presidente**: — Pois temos, mas tem de terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — Estou a terminar, Sr. Presidente, só 1 segundo de tolerância.

O Sr. **Presidente**: — Um segundo, não, já vai em mais de 1 minuto e 22 segundos.

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — Temos uma escola onde os alunos estrangeiros não têm integração numa escola que precisa de um olhar crítico.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Temos de ir embora!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, não é possível deixá-la continuar, peço desculpa.

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — Termine, Sr. Presidente.

O Chega...

O Sr. **Presidente**: — Termina mesmo!

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — ... não abdica deste compromisso...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, muito obrigado.

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — ... com a qualidade e a excelência da escola pública. Obrigada, Sr. Presidente.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada falou mais 1 minuto e 37 segundos. Agradeço a sua compreensão, para não ter de haver uma situação que é desagradável — é desagradável para mim, é desagradável para a Sr.^a Deputada — e que dá um registo de menos equidade em relação a todos.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Eu tenho esta orientação e tento fazer uma gestão equilibrada dos tempos de intervenção, mas preciso da compreensão de quem está a falar para que as coisas se façam com elevação.

Para o encerramento, dou a palavra ao Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

Vozes do PSD: — Que faz anos!

O Sr. **Presidente**: — E como faz anos hoje, tem uma tolerância de 1 segundo. Muitos parabéns, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD, do CDS-PP, do L, de Deputados do PS e de Deputados do CH.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Está crescido!

Risos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — «Está crescido» é muito bom!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O debate de hoje, mais do que sobre educação, é um debate sobre justiça, justiça para com os professores, uma classe profissional das mais importantes para o futuro de qualquer país.

Nos últimos 19 anos, desde que a carreira dos professores foi congelada pelo Governo do socialista José Sócrates, o PS esteve no poder 15 anos; 15 anos em que atacaram a escola pública como ninguém tinha ousado fazer.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Dividiram para reinar.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — A sério?!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Viraram professores contra professores, pais contra professores, a comunidade contra a escola, brincaram às casas de banho mistas. E as consequências eram óbvias: esvaziaram a autoridade do professor na sala de aulas, desmotivaram os docentes,...

Protestos da Deputada do PS Rosário Gambôa.

... diminuíram a qualidade da escola pública, promoveram o facilitismo e, deste modo, aumentaram as desigualdades entre os alunos oriundos das famílias mais desfavorecidas e os outros.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves e da Deputada do PCP Paula Santos.

O PS achincalhou e desqualificou esta nobre profissão, que deixou de ser atrativa para os jovens. É esta a herança socialista:...

Protestos do PS.

... milhares de alunos sem professores, milhares de jovens que não querem ser professores e milhares de professores que estão exaustos de serem professores.

Aplausos do PSD.

Felizmente, esse tempo acabou. A escola precisa de paz, de reconhecimento e de respeito, para trabalhar com motivação e determinação. O nosso Governo quer devolver a qualidade e a excelência à escola pública, os nossos jovens merecem essa excelência.

Mas vale a pena recordar o que foi sendo dito por diversos protagonistas, com os aplausos do Partido Socialista: «Perdi os professores, mas ganhei a opinião pública», dizia a então Ministra Maria de Lurdes Rodrigues e o PS aplaudia;...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade! Bem lembrado!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Isso foi antes da Maria de Lurdes Rodrigues!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — ... «Vocês, Deputados, estão a dar ouvidos a esses “professorecos”», dizia Valter Lemos, Secretário de Estado, e o PS aplaudia;...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Aplaudia!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — ... «Quando se dá uma bolacha a um rato, ele a seguir quer um copo de leite», dizia o Secretário de Estado Jorge Pedreira, e o PS aplaudia;...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — ... ou, como dizia a Diretora Regional de Educação do Norte, Margarida Moreira, «Os professores são arruaceiros, cobardes. São como o esparguete, depois de esticados partem, só são valentes quando estão em grupos» e o PS aplaudia e reconduzia esta senhora nas suas funções.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Como se pode constatar, Sr. Presidente, nessa altura o debate sobre o limite da liberdade de expressão não incomodava o Partido Socialista,...

Vozes do PSD: — Ah!...

Protestos do Deputado do PS Nelson Brito.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — ... que aplaudia energicamente estes insultos gratuitos proferidos por Membros do Governo e agentes da Administração Pública, sem qualquer pudor, humilhando, denegrindo e desrespeitando os professores portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Em 2019, o Primeiro-Ministro até se demitia se o Parlamento aprovasse a recuperação do tempo de serviço dos professores.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — É verdade!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Em setembro passado, bem longe de sabermos se teríamos eleições, o Partido Social Democrata apresentou a proposta de recuperação do tempo de serviço em cinco anos. E o PS gritou: «Irresponsáveis! Não sabem do que falam!» António Costa arrasava a proposta; Fernando Medina — está cá? O Dr. Fernando Medina hoje não veio? — dizia que era impossível, que as contas não aguentavam.

Protestos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É preciso ter lata!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — O Governo do PS — onde estava Pedro Nuno Santos e tantos de vós, que estais a escutar-me nessa bancada socialista — era unânime: o Partido Social Democrata está a prometer o que não pode.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exato!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — E mais! Em 2023, em sede de discussão de Orçamento do Estado, rejeitaram a nossa proposta, que incluía esta recuperação do tempo de serviço; três meses depois, na campanha eleitoral, vieram propor isto mesmo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Bom, o Primeiro-Ministro demitiu-se, foram convocadas eleições, o PS em campanha, na tentativa de apanhar votos, esqueceu os insultos e o mal que tinha feito aos professores e lá dizia baixinho: «Ah, se calhar até se pode devolver o tempo de serviço aos professores.»

Que hipocrisia! Que vergonha, Srs. ex-Governantes e Deputados do Partido Socialista!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Felizmente, perderam. O Governo agora é outro. O Primeiro-Ministro é Luís Montenegro, que gosta de cumprir o que prometeu.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Ministro é um produto da escola pública, é professor numa universidade pública e, em 40 dias, apresentou uma proposta — que vocês diziam que era impossível — no sentido de recuperar o tempo de serviço em 2 anos e 10 meses.

Justiça feita! Estamos a falar de um passo fundamental para a pacificação da escola, para a motivação dos professores. Sem isto, era impossível avançar nas reformas de que a escola pública necessita para que possa ser de novo a ferramenta decisiva e o elevador social para tantas crianças e jovens.

Mais do que os sindicatos, são as salas de professores e as famílias que estão, neste momento, satisfeitas por verem que Portugal voltou a ter um Governo que confia nos docentes e que os respeita. Sim, este Governo sabe bem qual é a importância e o papel dos professores na escola pública.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, com esta decisão histórica, estão reunidas as condições para ganhar a escola, ganharem os professores e ganharem os alunos e as famílias.

O tempo de dividir os agentes educativos, que são essenciais, acabou! Ainda bem.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Marina Gonçalves pede a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, foram aqui feitas várias afirmações sobre o passado, pelo que solicito à Mesa que faça distribuir um artigo do atual Secretário de Estado da Educação onde se dizia que temos maus professores. Deste modo, peço à Mesa que faça a distribuição à Câmara dessas declarações, que não são do passado, são presentes.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Peço à Sr.^a Deputada que faça chegar à Mesa o referido artigo. Posto isto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, está encerrado o ponto agendado para a ordem do dia de hoje. Vou dar a palavra ao Sr. Secretário, para dar uma informação à Câmara.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, é para dar conta à Câmara de que participou nos trabalhos, por videoconferência, a Sr.^a Deputada Ana Sofia Antunes, do Partido Socialista. É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Resta-me informar que a próxima reunião plenária terá lugar amanhã, às 10 horas.

A ordem do dia, fixada pelo PS, sobre a redução do IVA da eletricidade como medida de combate à pobreza energética, consistirá na apreciação dos Projetos de Lei n.ºs 132/XVI/1.^a (PS) — Aumenta o consumo de eletricidade sujeito à taxa reduzida do IVA, 135/XVI/1.^a (IL) — Redução do IVA da eletricidade para a taxa reduzida de 6 % (alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-b/84, de 26 de dezembro), 137/XVI/1.^a (PAN) — Combate a pobreza energética por via do alargamento dos beneficiários das tarifas sociais de eletricidade e de fornecimento de gás natural, alterando o Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, e o Decreto-Lei n.º 101/2011, de 30 de setembro, 138/XVI/1.^a (BE) — Reduz o IVA no fornecimento de eletricidade, 141/XVI/1.^a (PCP) — Redução do IVA da energia e das telecomunicações (altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro), 145/XVI/1.^a (CH) — Prevê a redução da taxa de IVA aplicável à eletricidade, 147/XVI/1.^a (L) — Reduz o IVA da eletricidade e do gás para 6 % e 148/XVI/1.^a (BE) — Garante o direito de acesso à energia como bem de primeira necessidade (sétima alteração à Lei n.º 23/96, de 26 de julho – Lei dos Serviços Públicos Essenciais), juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 109/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que no âmbito do processo de revisão do Plano Nacional de Energia e Clima empreenda um debate público alargado e coloque a erradicação da pobreza energética até 2050 como uma das principais prioridades e 114/XVI/1.^a (L) — Recomenda ao Governo medidas para maior eficiência energética e conforto habitacional através do reforço do Programa 3C – Casa, Conforto e Clima.

Seguir-se-á o período de votações regimentais.

Muito obrigada e boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 35 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.